TEXTO DE APOIO PARA OS ALUNOS

11ª Classe – 2º Ciclo

INTEGRAÇÃO SOCIAL

Ministério da Educação
Cultura e Formação

CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA PORTUGAL

IMVF Instituto Marquês de Valle Flôr ONGD

escola+ Educação para Todos

Índice

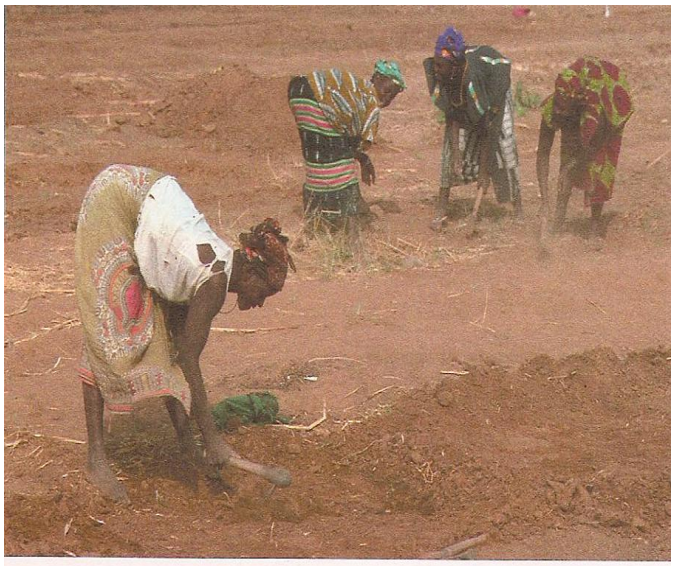
1. A noção de Trabalho e a sua Evolução Histórica 4
1.1. Significado da palavra "trabalho" 4
1.2. O trabalho do homem pré-histórico 6
1.3. Antiguidade: o trabalho escravo 7
1.4. Feudalismo: o trabalho servil 8
1.5. A Revolução Industrial 9
1.6. A segunda Revolução Industrial 11
1.7. Trabalho, Emprego e Desemprego 12
1.7.1. As novas tecnologias e os seus efeitos no trabalho e emprego 12
1.7.2. Alterações no emprego 13
1.7.3. Desemprego e formas de o combater 14
1.8. Empreendedorismo e formação 16
1.8.1. Trabalho e formação 17
1.8.2. Novos perfis profissionais 18
1.8.3. Empreendedorismo: elementos fundamentais –Iniciativa 19
1.8.4. Responsabilidade e responsabilização 20
2. Direitos do Trabalho e Trabalho com Direitos 21
2.1. Os direitos e deveres 21
2.2. Direitos do Trabalho na Declaração Universal dos Direitos do Homem 24
2.3. A Organização Internacional do Trabalho e o Comité Económico e Social Europeu 25
2.4. Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho 27
3. A Globalização 30
3.1. A Cultura Global ou globalização das Culturas? 30
O que é a globalização? 30
Globalizar: da necessidade de harmonizar o local com o global 32
3.2. Etapas e aspectos da Globalização 33
História da globalização e nova ordem mundial 33
Diversos modos de considerar a globalização 34
Globalização e modificações tecnológicas 35
Globalização e aspectos socioculturais 36
3.3. Perspectivas sobre o sentido da globalização 36

Globalização: Uma transformação multidimensional 36
Por um outro modelo de globalização 39
3.4. Um desafio global: O desenvolvimento sustentável 40
Problemas ambientais à escala global/ Principais causas dos problemas ambientais 40
Problemas ambientais e alterações climáticas 41
Soluções para os problemas ambientais 44
3.5. Conceito de Desenvolvimento Sustentável 45
Crescimento económico e desenvolvimento 45
Indicadores de desenvolvimento 46
3.6. Problemas de desenvolvimento à escala global 47
As causas do subdesenvolvimento 47
Assimetrias de desenvolvimento no mundo 48
Soluções para atenuar os desequilíbrios de desenvolvimento 50
4. O PAPEL DA ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS 51
4.1. A emergência das organizações internacionais 51
Conceito de Organização Internacional 51
A evolução histórica 52
Classificação das Organizações Internacionais 53
4.2. AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS GOVERNAMENTAIS 55
As Organizações Internacionais de âmbito mundial (ONU) 55
Estrutura, objectivos e organizações especializadas da ONU 57
Organizações especializadas da ONU 59
4.3. As Organizações Internacionais de carácter regional 62
Organizações Internacionais Regionais de carácter económico 63
Organizações internacionais Regionais de carácter militar (dois exemplos: NATO e UA) 64
Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO) 64
União Africana (UA) 64
4.4. AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONG) 65
Organizações não-governamentais: Conceitos, âmbitos e exemplos 65
Que futuro para as Organizações Internacionais? 67
Bibliografia 69

1. A noção de Trabalho e a sua Evolução Histórica

1.1. SIGNIFICADO DA PALAVRA "TRABALHO"

A noção de trabalho tem assumido ao longo do tempo diferentes significados quanto à sua natureza, forma e valor. Da Pré-História à Antiguidade, da Idade Média à Idade Moderna, o trabalho, que é essencialmente uma forma de relação entre os homens em sociedade e a natureza, viu a sua noção evoluir de **trabalho-castigo** para **trabalho-realização**. Eis algumas definições:



"O trabalho é a essência do homem, na medida em que é a forma pela qual ele (o homem) se relaciona com a natureza e a transforma em bens e confere valor."

Karl Marx

"Com a palavra trabalho estamos a englobar toda a actividade realizada pelo mesmo homem, tanto manual, como intelectual, independentemente das suas características e circunstâncias, quer dizer, toda a actividade humana que se pode e deve reconhecer como trabalho, no meio de toda a riqueza de actividades para as quais o homem tem capacidade e está predisposto pela própria natureza, em virtude da sua humanidade."

Papa João Paulo II

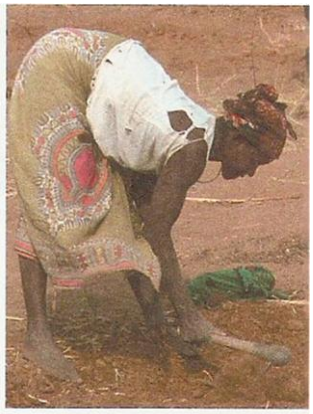
"O trabalho é tomado como valor estrutural e estruturante da sociedade em que vivemos. Está associado à criação de valores úteis e, por isso, sofre neste momento uma grande mutação em relação às formas como é prestado e organizado."

M. Carvalho da Silva

Nos dias de hoje coexistem várias formas de trabalho, desde o trabalho-necessidade (imagem de Verifica-se que o **trabalho** pode assumir muitos e variados significados. Podemos referi-lo em relação a toda e qualquer actividade humana manual ou mental, remunerada ou não, que:

- permita agir sobre a natureza e obter dela os bens necessários (**trabalho transformador**);

- se defina pela produção de bens e serviços (**trabalho produção**);
- estabeleça relações entre os homens, fomentando contactos sociais e troca de experiências (**trabalho relação**);
- esteja associada à criação de valores úteis (**trabalho utilidade**).



A palavra «trabalho» é usualmente utilizada para designar o trabalho na fábrica, o trabalho do médico ou o trabalho doméstico, caso em que não é remunerado. Porém, um dos conceitos de trabalho mais vulgarizado implica que, para que este se realize, ele tenha de ocorrer num **espaço definido** e num **horário estabelecido**, sujeito a **regras e técnicas de organização**, com vista a **obter um rendimento, produzir riqueza e proporcionar bem-estar**. Esta definição de trabalho é a que assegura ao trabalhador a satisfação das suas necessidade e constitui o elemento gerador da riqueza das pessoas e países. Acrescente-se que o trabalho assim entendido tem também um **significado social** na vida do trabalhador e na vida em sociedade. Aos olhos dos outros homens como perante si mesmo, o trabalho dá ao trabalhador um **sentimento de identidade, satisfação e realização**.

"Proudhon afirma que o homem manifesta a sua coragem e dignidade mais pelo trabalho do que pela guerra. Marx revela o homem como único e que produz as suas condições de existência."

Georges Lefranc, *História do Trabalho e dos Trabalhadores*

Trabalho: *"Actividade humana com finalidade útil (produção de bens e serviços) e, por isso, com valor económico. Assim entendido, o trabalho contrapõe-se a outras actividades predominantemente gratuitas, expressivas ou lúdicas: contemplação, conversa, arte, festa, jogo. Utilizando diversos critérios de classificação, podem distinguir-se múltiplas espécies de trabalho: manual, intelectual, individual, remunerado, independente. A crescente diversificação de tarefas que o processo técnico trouxe consigo eleva para dezena de milhar as especificações profissionais. Paralelamente ao desenvolvimento e complexificação da economia, desenvolveram-se também inúmeras ciências do trabalho, cada vez mais autónomas: a sociologia, fisiologia, psicologia, o direito, a medicina e a tecnologia do trabalho."*

Enciclopédia Logos

Se o trabalho é algo fundamental na obtenção de rendimento e na criação de riqueza, não é menos fundamental no devolver – a quem o realiza e por ele se realiza – o respeito próprio e o respeito dos outros. O trabalho, sendo sinónimo de técnicas e estratégias postas ao serviço do processo de produção é, ao mesmo tempo, um factor de satisfação e de realização do Homem.

Actividade

1. Caracteriza cada um dos tipos de trabalho: transformador, produção, relação, utilidade.
2. O trabalho é essencial ao homem? Justifica a tua resposta.
3. Que significa afirmar que o trabalho é "factor de satisfação e realização do Homem?"

1.2. O TRABALHO DO HOMEM PRÉ-HISTÓRICO

Num tempo primordial, a humanidade deve ter vivido uma época harmónica, em que tinha tudo à sua disposição, dando-lhe a Natureza tudo o que necessitava. O próprio homem era um ser natural que vivia de acordo com os rigores e ritmos naturais. O cariz do trabalho humano era comunitário. A comunidade recolhia da natureza os frutos, as bagas, as sementes, pescava o peixe nos rios e caçava. **As tarefas eram distribuídas em função do sexo e da idade**: as mulheres tratavam dos filhos, apanhavam as bagas, os frutos e as raízes, os mais idosos transmitiam as suas experiências, preparavam ferramentas, limpavam o peixe e a caça, e os mais jovens e robustos caçavam e pescavam: **é a divisão natural do trabalho, ainda associada ao homem nómada e recolector**.

Fruto do acaso ou pressionado pela necessidade, o Homem aprendeu a observar a natureza e a identificar as matérias-primas. Começou a perceber que havia animais que podia domesticar, sementes que podia seleccionar, guardar e semear, o que num tempo longo, o leva a passar a sedentário e produtor. Dedica-se à **pastorícia** e à **agricultura**, começa a construir habitações e tem necessidade de utensilagem para praticar novas actividades, o que conduz ao aparecimento dos **artesãos** e a alguma especialização: é a **divisão social do trabalho**. Dá-se a divisão de tarefas e surgem novas actividades (cestaria, cerâmica, tecelagem). A comunidade já não trabalha apenas para suprir necessidades imediatas, começa a planificar as colheitas, a armazenar os alimentos, a criar gado para fazer face aos períodos de escassez provocados pelas alterações climáticas ou pelos desastres naturais. **Surgem as profissões e a economia de trocas**.

Ilustração 1 - Mercado de escravos, pintura de Gustave Boulanger (1824-1888)

Actividade

1. Explica em que consiste a divisão natural do trabalho.
2. Que razões levaram à divisão social do trabalho?

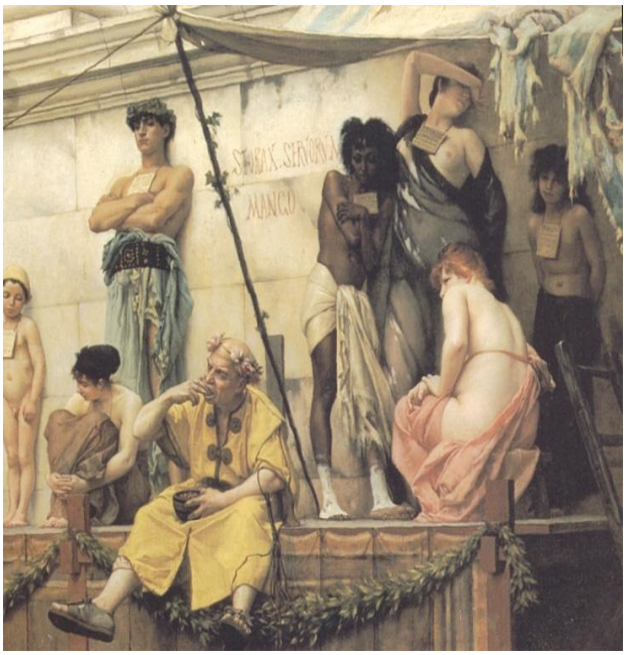
1.3. ANTIGUIDADE: O TRABALHO ESCRAVO

Das pirâmides egípcias aos templos gregos e romanos, vemos, em toda a sua dimensão, a exploração de trabalho escravo. Toda a economia destas sociedade assentava na mão-de-obra escrava.

"Em parte nenhuma a escravatura teve importância que conheceu em Roma. Conhecemos mal a escravatura no Egipto. Mas, sem esta mão-de-obra, os faraós não teriam podido edificar os seus túmulos e os seus templos. Numerosos escravos vinham da Núbia, da Líbia ou da Síria. Uns cativos de guerra; outros comprados no mercado de escravos. [...] o escravo pode ser libertado pelo seu senhor. Sem dúvida, não havia entre a condição de homem livre e a de escravo a barreira rígida que, segundo os nossos conhecimentos jurídicos, temos tendência para projectar no passado. Podia-se "passar" duma para outra condição, subir da condição de escravo à de homem livre, mas também, o contrário: descer, de uma para outra."

Georges Lefranc, *História do Trabalho e dos Trabalhadores*

O escravo era uma **ferramenta viva**, trabalhava em condições indignas e sub-humanas e não era raro rebelar-se contra os seus senhores, provocando revoltas generalizadas e em massa, como aconteceu em Roma. Face às condições indignas a que estava sujeito, o escravo, mal alimentado e sem motivação, pouco produzia. As revoltas, a afirmação do discurso cristão primordial – de **igualdade perante Deus** e da **justiça social** – e a queda do Império Romano do Ocidente vão produzir alterações nas relações laborais. A sociedade esclavagista começa a desmoronar-se.



Actividade

1. Como era considerado socialmente o trabalho?
2. Explica a seguinte afirmação: "o escravo era uma ferramenta viva".
3. Comenta a história do Rei Amador tendo em conta o que acabaste de ler.

1.4. FEUDALISMO: O TRABALHO SERVIL

Após a escravatura, segue-se o trabalho servil. De escravo, o trabalhador passa a servo: servo da gleba. Esta nova forma de organizar o trabalho não é muito diferente da escravatura. O **servo da gleba** trabalha para o seu senhor nas grandes propriedades deste e, em troca, tem de lhe pagar pesados tributos. É de tal modo asfixiado com obrigações para com o seu senhor que mal consegue sobreviver e alimentar a família. Sem direitos, está subordinado ao seu senhor, de forma hereditária. Este regime ficou conhecido por **feudalismo** e caracteriza-se por um **trabalho dependente, servil e sem direitos**.

"O direito do senhor é absoluto. Entre os servos há aqueles que estão tão sujeitos ao senhor que este pode tira-lhe tudo o que possuem, na morte e na vida, e manter o corpo na prisão todas as vezes que lhe apeteça, seja com razão ou sem razão, não tendo de prestar contas Senão a Deus."

Georges Lefranc, *História do Trabalho e dos Trabalhadores*

O **servilismo** é, com efeito, um sistema que assenta num conceito de trabalho rural e agrário, sem direitos, onde o homem está à mercê e na dependência do seu senhor, sendo de uso corrente o filho do servo ficar também sujeito à mesma condição.

No final da Idade Média, o servilismo começa a ceder o lugar a novas relações de trabalho, devido ao renascimento comercial do século XII, ao ressurgimento da vida urbana, que leva a uma fuga do campo para a cidade, e a alguma falta de mão-de-obra, fruto de uma elevada mortalidade causada por doenças epidémicas.

A cidade e as actividades em torno do comércio passam a ser o local de atracção de ofícios, produtos e pessoas. Surgem as corporações, associações de artesãos e de mercadores de uma determinada cidade, que tinham como finalidade, através de leis e de estatutos muito rígidos, regular a respectiva actividade, a nível de horários de trabalho, qualidade dos produtos, controlar as regras de mercado e manter o monopólio das respectivas actividades. A figura do **mestre** é fundamental neste tipo de organizações do trabalho. Ninguém podia exercer livremente uma actividade sem o consentimento da corporação. Estamos perante o **trabalho corporativo**. Este sistema era uma forma ainda ligada a práticas servis de alguma violência e arrogância dos membros das corporações sobre aqueles que queriam exercer de modo livre uma actividade. As corporações eram uma forma de privilégio para os seus membros. Apenas no fim do século XVII, com a Revolução Francesa, foram eliminadas. Em termos simbólicos a **Revolução Francesa, representa, enquanto projecto de liberdade, igualdade e fraternidade, o fim do feudalismo como sistema**.

Actividade

1. Diz o que entendes por servilismo.
2. Por que razão no final da Idade Média o servilismo deu Lugar a novas relações de trabalho?
3. Diz o que entendes por "corporações" e "trabalho corporativo".

Trabalho. Ocupação em alguma obra ou ministério. Exercício material ou intelectual para fazer ou conseguir alguma coisa. Não necessariamente remunerado. Toda a acção do Homem para realizar qualquer tarefa. Actividade do Homem que produz bens e serviços e que transforma o meio que o rodeia.

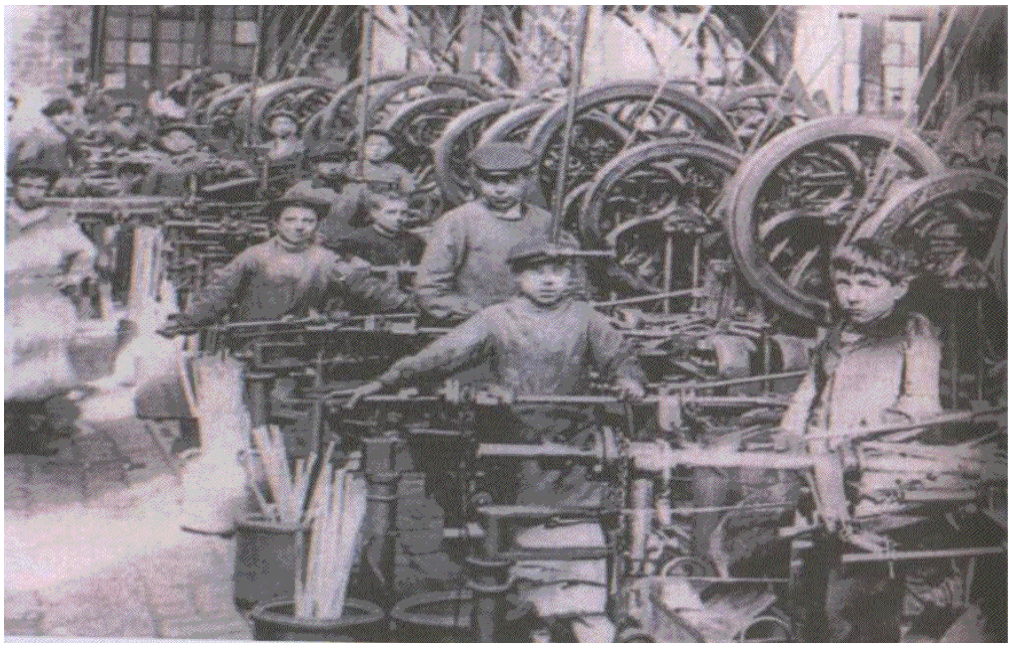
Emprego. Modo ou forma de ganhar a vida. Implica o recebimento de uma salário ou outra remuneração. Pode ser um lugar, uma ocupação num determinado lugar. Ocupação profissional pela qual se recebe uma remuneração.

Adaptado da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* e do *Dicionário de Língua Portuguesa* [Editorial Verbo]

1.5. A Revolução Industrial

Fruto dos Descobrimentos e da expansão colonial dos séculos XVI-XVIII, inicia-se a **mundialização da economia**. Constituem-se unidades de produção de tipo oficina para manufacturar as matérias-primas e fornecer a logística necessária ao comércio internacional. O **trabalho** começa a ser desempenhado em troca de salário. É o chamado **trabalho assalariado**.

Uma nova classe social começa a afirmar-se sobre a ruína do sistema feudal: a **burguesia comercial**. Uma das evidências mais marcantes deste processo histórico foi o surgir do **capitalismo**, sistema económico e social assente na propriedade privada dos meios de produção (fábricas, máquinas, equipamentos), que são propriedade de uma minoria, os **capitalistas**. Não sendo um grupo inactivo e parasitário como a aristocracia, assumem riscos, organizam a produção e dirigem a economia com vista a uma grande finalidade: **o lucro, a acumulação de capital**. Neste sistema, os trabalhadores criam uma mais-valia, mas esta não lhes é distribuída, recebem apenas em troca um salário. Este sistema assenta nos seguintes princípios: **existência de propriedade privada; acumulação de capital; mercado livre; o lucro como motor de tudo; oposição entre o operariado e capitalistas**.



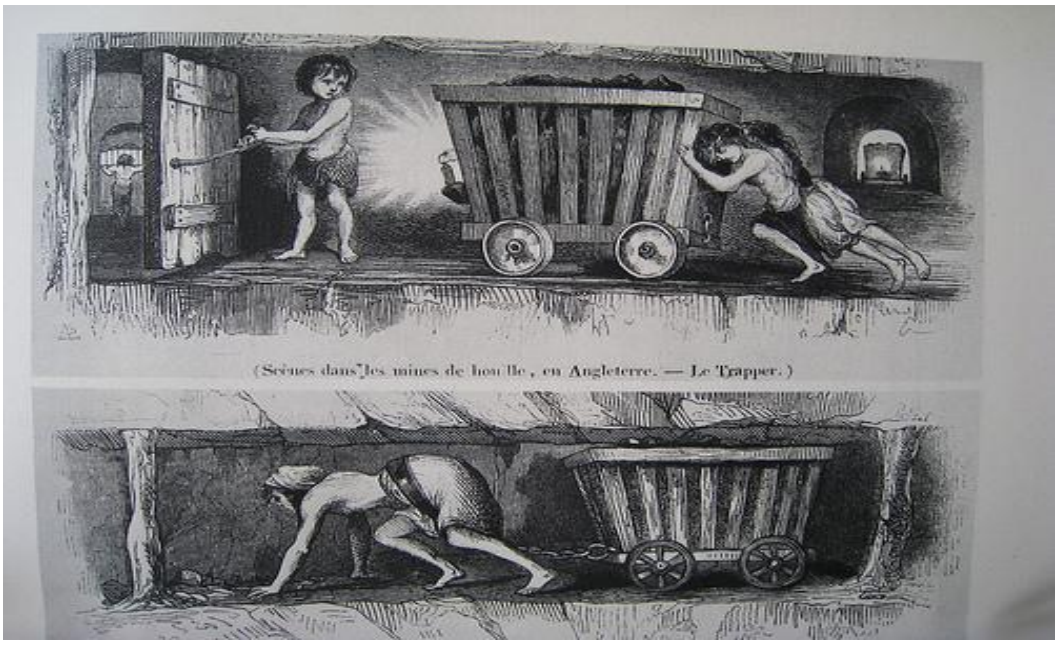
Gradualmente, o artesão e a oficina cedem lugar à história e ao operário. O dono da fábrica passa a ser o **burguês**, e o trabalhador, o **operário**.

A Revolução Industrial ***"foi uma das maiores transformações da história. Em cerca de cem anos, a Europa de quintas, rendeiros e artesãos tornou-se uma Europa de cidades abertamente industriais. Os utensílios manuais e os dispositivos mecânicos simples foram substituídos por máquinas; a loja dos artesão, pela fábrica. O vapor e a electricidade suplantaram as***

fontes tradicionais de energia – água, vento e músculo. Os aldeões, como as suas antigas ocupações se tornaram supérfluas, emigravam para as minas e para as cidades fabris, tornando-se os operários da nova era, enquanto uma classe profissional de empreiteiros, financeiros e empresários, de cientistas, inventores e engenheiros se salientava e se expandia rapidamente. Era a Revolução Industrial."

W.O. Andersen, *A Revolução Industrial*

Com a afirmação da Revolução Industrial, passa-se da manufactura à **maquinofactura**. O trabalhador passa de artesão a **operário**. Na sociedade capitalista, o trabalhador deixa de controlar o processo produtivo e passa a vender a sua força de trabalho em troca de um salário. O tempo de trabalho é controlado com rigor, de modo a medir a quantidade de horas de trabalho. O local de trabalho passa a ser a fábrica. É introduzida uma disciplina e um controlo da execução das tarefas muito rigorosa e exigente. O operário é sujeito a duras condições, com vista a maximizar a produtividade e o lucro. E, na perspectiva do **máximo lucro**, surge também o recurso ao **trabalho feminino** e o **trabalho infantil**, por ser mais barato e mais fácil de controlar e disciplinar mulheres e crianças.



A este modo de produção, que coloca em confronto o capitalista e o operário, corresponde a uma estrutura política e jurídica, assente na liberdade económica e na ausência de intervenção do Estado na regulação das relações de trabalho, conhecida por **liberalismo**.

A **fábrica** torna-se um espaço com centenas, nalguns casos, com milhares de trabalhadores, laborando em condições muito precárias, sem higiene nem segurança. O descontentamento dos trabalhadores é grande e começam os protestos e as revoltas que irão conduzir os operários a organizar-se, com vista a lutar por melhores condições e melhores salários. Este movimento de contestação origina a criação de **sindicatos**. A crítica social a esta situação de exploração do operário obriga o estado a intervir, através da criação de **legislação regulamentar do exercício do trabalho**. Começa a ser elaborado o quadro geral que levará à criação do **Direito do Trabalho**.

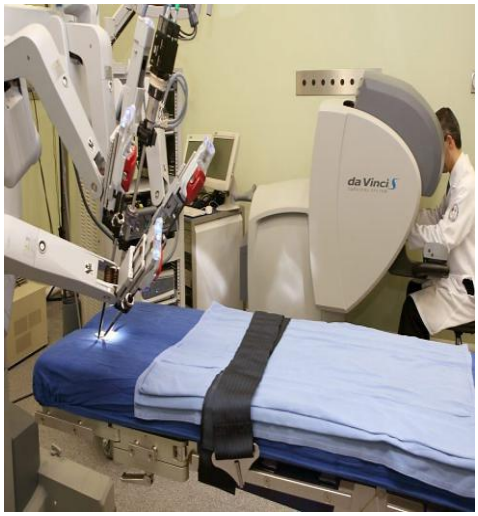
Actividade

1. Explica o significado da expressão "trabalho assalariado".
2. Apresenta os objectivos do capitalismo.
3. Que mudanças ocorreram, no conceito de trabalho, com a Revolução Industrial?
4. Que razão ou razões determina(m) o surgimento do Direito do Trabalho?

1.6. A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

No final do século XIX vão ser introduzidos outros inventos e tecnologia no processo de produção, bem como a utilização de novas fontes de energia: a **electricidade** e o **petróleo**. Este processo ficou conhecido como a **Segunda Revolução Industrial**. Fruto destas inovações, vai ser colocada em marcha uma nova estrutura de trabalho:

- Em primeiro lugar, assistimos à especialização, sendo cada trabalhador responsável por uma única tarefa, que, repetida milhares de vezes, haveria de conduzir a uma **maior produtividade**;
- Em segundo lugar, a partir do final dos anos 60, com novas tecnologias "robóticas", procedeu-se à chamada **automatização da produção**, ou seja, a **robotização de tarefas**. Aplicou-se ao processo produtivo o robô para desempenhar tarefas com maior rapidez, precisão e produtividade. Esta fase permitiu criar alguns empregos de natureza especializada com pessoas qualificadas para controlar, supervisionar e programar o trabalho desses robôs, mas, por outro lado, conduziu à redução de milhares de postos de trabalho, provocando um enorme desemprego.



Qualquer destes processos aumentou a acumulação de capital, mas também tornou o operário uma peça da própria máquina, retirando-lhe identidade, liberdade, motivação e iniciativa. Estes avanços puseram em marcha um modelo de estrutura de trabalho que haveria de durar até ao final da II Guerra Mundial: **menor custo *versus* maior produtividade**.

Com a chamada **Revolução do Conhecimento**, a partir dos anos 80, surgem os **"trabalhadores do conhecimento"**. Pessoas muito qualificadas, competentes científica e intelectualmente, dominando as tecnologias da informação, sendo por isso altamente valorizadas e procuradas pelas empresas, que procuram os melhores trabalhadores para acrescentar **valor**, **inovação** e **competitividade** ao desenvolvimento do trabalho. O conhecimento e a informação vão mudar a forma, o conteúdo e a natureza do trabalho. As tecnologias da informação e da comunicação aplicadas ao processo de produção vão originar o **teletrabalho**.

"O mundo assiste hoje à integração e à implementação de novos meios que permitem uma maior rapidez e eficácia na troca de informação. O **acesso a redes** dentro e fora das empresas, a **videoconferência**, a **utilização partilhada de documentos** em tempo real e a **redistribuição de chamadas telefónicas**, a vulgarização da **internet**, do **telemóvel** e de outros meios de comunicação impuseram uma **redefinição do espaço e horário de trabalho.** Hoje é mais rápido enviar um ***e-mail*** do que uma carta pelo correio. Cada vez menos será o trabalhador a deslocar-se ao trabalho e, cada vez mais, **será o trabalho que irá até ao trabalhador**."

O **teletrabalho** surge como resposta às necessidades do Homem. Um fenómeno em pleno crescimento, uma consequência da **Era da Informação**. O teletrabalho é uma forma alternativa de organizar o trabalho. O que importa é o que se faz e quando se faz e não o local onde se faz. Porém, esta forma de trabalho tem vantagens e desvantagens:

As vantagens de trabalhar a partir de casa

- Diminuição de stress.
- Aumento do bem-estar.
- Maior disponibilidade para a família.
- Diminuição das despesas.
- Gerir o ritmo de trabalho.

As desvantagens de trabalhar a partir de casa

- Inexistência de colegas de trabalho.
- Dificuldade em separar vida profissional e pessoal
- Falta de metodologia.
- Eventual dificuldade em adaptar-se a um novo emprego se deixar de trabalhar em casa.

Actividade

1. O que se entende por especialização?
2. O robô rouba o lugar ao Homem?
3. Como se manifesta a revolução do conhecimento?
4. Em que consiste o teletrabalho?

1.7. TRABALHO, EMPREGO E DESEMPREGO

1.7.1. As novas tecnologias e os seus efeitos no trabalho e emprego

Nas últimas décadas do século passado e no início do novo milénio, assistimos à generalização das chamadas **tecnologias da informação e da comunicação** (**TIC**), que vão ser aproveitadas para o uso nos sistemas de trabalho. Fruto desta utilização, o trabalho e o emprego vão sofrer alterações.

"A diversidade e a importância dos efeitos das TIC e a extensão dos seus impactos económicos, sociais e humanos justificam uma reflexão sobre o sentido do desenvolvimento tecnológico das últimas décadas e a sua influência no perfil de uma economia renovada e repleta de novos desafios para as gerações actuais e vindouras. De facto, uma nova sociedade está a substituir a velha ordem capitalista industrial."

Filipe Almeida, *Organizações, Pessoas e Novas Tecnologias*

As **TIC** englobam as seguintes "ferramentas":

- Computadores pessoais;
- Computadores portáteis;
- Software de apoio à gestão e à produção;
- Internet, com as variantes de intranet e extranet;

- Correio electrónico (*e-mail*);
- Telemóveis móveis;
- Videoconferências;
- Fotocopiadoras e impressoras.

Estas tecnologias estão hoje presentes em todos os domínios do trabalho, desde a agricultura, passando pelos serviços, até à medicina, nomeadamente em tecnologia de ponta laboratorial, em assistência médica ao trabalho médico em consultas à distância, a **telemedicina**.

Actividade

1. O que são as TIC?
2. Quais os efeitos das TIC no mundo do trabalho?
3. Dá exemplos de utilização das TIC na agricultura, serviços e medicina.
4. No teu dia-a-dia, que utilização fazes das TIC. Aponta vantagens e desvantagens.

Sectores de actividades:

Sector Primário. Actividades ligadas ao meio natural, em que se obtêm produtos do mar, do solo, bem como a pecuária, a caça e as indústrias extractivas.

Sector Secundário. Abrange as actividades transformadoras, especialmente as indústrias, e ainda os sectores da energia, construção civil e obras públicas.

Sector Terciário. Actividades que proporcionam serviços essenciais aos sectores anteriores e a todos os cidadãos. Deste sector fazem parte os transportes, o comercio, a educação, a saúde, as finanças e as profissões liberais.

1.7.2. Alterações no emprego

As telecomunicações e as novas tecnologias estão cada vez mais presentes nas nossas vidas e no sistema e organização do trabalho. Com a afirmação de uma economia cada vez menos de base industrial e mais assente na multiplicação de serviços diversos, dá-se a **terciarização da economia**. O sector terciário tem-se tornado o sector de maior crescimento, quer em termos de emprego, quer em termos de produção de riqueza. Contudo, este desenvolvimento tem provocado profundas alterações no mundo laboral. São profissões que desaparecem e outras que surgem, são pessoas que perdem o emprego e não se adaptam a empregos com exigências diferentes, são os vínculos laborais que ficam menos protegidos, provocando insegurança e assiste-se também à **deslocalização de empresas** para países com menores custos associados à mão-de-obra. Tudo isto cria uma situação de instabilidade e precarização do trabalho.

Termina o conceito de emprego para toda a vida, assistindo-se a alguma incapacidade dos trabalhadores, que perdem um emprego, de se adaptarem a um novo emprego. A "nova economia" exige cada vez que o trabalho se actualize com novos conhecimentos e competências, o que pressupõe **formação ao longo de toda a vida**, de modo a que, pela actualização constante, consiga responder às exigências de uma **economia**

de base tecnológica. O trabalhador com baixas qualificações da economia de base industrial já não dá resposta à procura existente no mercado de trabalho.

Com o desenvolvimento da informática, das telecomunicações e da informática, as aplicações tecnológicas estendem-se, desde as tarefas de gestão corrente de perfil administrativo até à informatização dos processos de produção e aos processos de tomada de decisão nas organizações. Os trabalhadores na "nova economia" têm de ser **altamente qualificados** e de **estar abertos a uma aprendizagem constante**, de modo a adquirirem as competências profissionais necessárias. Quem não o conseguir fazer fica desempregado.

A aprendizagem ao longo da vida é fundamental na adaptação às mudanças no mundo do trabalho e para manter a competitividade da economia.

O **número de activos** em cada sector de actividade constitui um elemento importante na avaliação do nível de desenvolvimento de uma país. Assim, nas regiões mais desenvolvidas predominam as actividades secundárias e terciárias, enquanto que nas regiões menos desenvolvidas se verifica um elevado valor de activos no sector primário.

A educação e a formação são duas prioridades essenciais na qualificação dos recursos humanos para o desenvolvimento. Nessa tarefa, destacam-se as competências relacionadas com o empreendedorismo, as ciências e a informática.

Actividade

1. Diz o que entendes por terciarização da economia.
2. Apresenta os factores que levaram à precarização do trabalho.
3. Em que consiste a "nova economia".

1.7.3. Desemprego e formas de o combater

O desemprego é hoje um fenómeno com uma dimensão assustadora em termos mundiais. Segundo dados referentes aos 30 países da OCDE (os chamados países desenvolvidos e industrializados), em 2006 este fenómeno atingia cerca de 40 milhões de pessoas, afectando em todo o mundo cerca de 800 milhões de pessoas. No caso de São Tomé e segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, em 2006 mais de 20% da população esta desempregada. Os números indicam também que são as mulheres as mais afectadas.

Gráfico 1

São Tomé e Príncipe: Indicadores do emprego e desemprego por sexo, 2000/2006

Principais Indicadores	Valor Anual						
	2000[a)]	2001[b)]	2002[c)]	2003[c)]	2004[d)]	2005[e)]	2006[c)]
Taxa de Actividade (%)	**32,4**	**39,9**	**38,5**	**38,3**	**36,7**	**41,5**	**41,2**
Homens	41,7	46,2	44,5	44,8	43,5	45,7	44,1

Mulheres	23,2	29,8	32,5	31,9	30,1	37,4	38,4
Taxa de Desemprego Lato (%)	**nd**	**nd**	**28,1**	**24,9**	**27,5**	**29,5**	**27,7**
Homens	nd	nd	19,8	16,6	21,8	29,0	26,2
Mulheres	nd	nd	38,2	35,6	34,6	30,0	29,4
Taxa de Emprego (%)	**27,7**	**32,0**	**31,7**	**32,0**	**30,7**	**29,3**	**29,8**
Homens	36,4	41,7	39,1	40,2	38,9	32,4	32,5
Mulheres	19,1	22,4	24,4	24,0	22,6	26,2	27,1

Fonte: http://www.ine.st/emprego/emprego2000-06.htm, consultado em Julho de 2012

Devido às proporções que o fenómeno do desemprego, os Estados começaram a valorizar, a nível do discurso político, a importância do conhecimento, da informação e da formação. Como resultado, assistimos ao aumento do investimento em educação (o ensino é obrigatório até à 9ª classe e começa a falar-se de um novo alargamento até à 12ª classe) e formação profissional.

Como forma de responder às alterações do mercado de trabalho e combater o desemprego, são postas em acção várias medidas, a saber:

- A nível do sistema de ensino, assistimos ao reforço do ensino profissional com vista a qualificar os jovens para a vida activa, generalizando-se o ensino das TIC;
- São criados cursos profissionais como medida de reforço da formação inicial dos jovens, de forma a combater o desemprego;
- Em relação ao desemprego feminino, são tomadas medidas de combate à discriminação.

População Activa. Conjunto de indivíduos, com idade mínima de 10 anos que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico, ou seja, inclui os empregados, sub-empregados e desempregados.

População Inactiva. Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados, nem a cumprir o serviço militar obrigatório

População Sub-empregada. Conjunto de indivíduos, com idade mínima de 10 anos que, no período de referência, se encontram numa situação entre empregado e desempregado, ou seja, não tinha recursos ou condições para se manter parado, enquanto está procurando emprego vai exercer uma actividade económica informal em função da necessidade de sobrevivência.

Como complemento a este conjunto de acções, diversos organismo oferecem apoio financeiro para desempregados criem o seu próprio emprego, financiando os seus projectos ou concedendo bolsas para que possam investir na sua formação.

Contudo é importante notar que ter um nível superior de formação já não é garantia de trabalho. A situação leva a perguntar: o que pode ser feito?

Actividade

1. Analisa o gráfico 1.

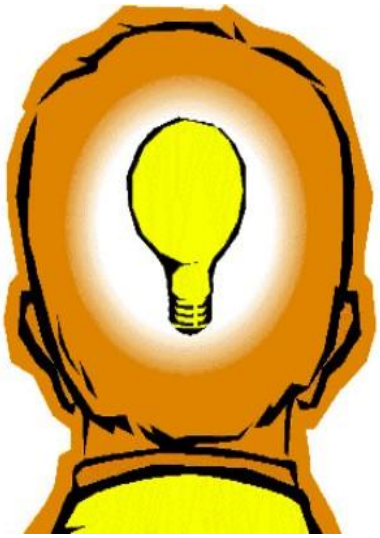
1.1. Quem é mais afectado pelo desemprego, os homens ou as mulheres?

1.2. Juntamente com os teus colegas procura encontrar razões que justifiquem essa situação.

2. Que medidas devem ser tomadas para reduzir o desemprego?
3. Em que consiste a formação ao longo da vida?
4. Pensas que os cursos profissionais são um contributo válido para combater o desemprego? Fundamenta a tua resposta.

1.8. EMPREENDEDORISMO E FORMAÇÃO

Existem vários entendimentos sobre o que é o empreendedorismo. Em termos latos, a atitude empreendedora sempre existiu no Homem: tratava-se de uma atitude positiva face às dificuldades e ameaças do meio envolvente, assumindo uma postura proactiva em que aqueles aspectos negativos são transformados em oportunidades para gerar riqueza, criar valor para si e para a comunidade. É a atitude própria daqueles que, com espírito de inovação e aventura, se dispõem a correr riscos, contrariando uma tendência negativa ou amorfa, e identificam oportunidade de realização pessoal e colectiva.



" Se Deus te deu limões, faz limonada."

Actualmente o conceito refere-se fundamentalmente a uma qualidade individual relativa à capacidade de inovar, motivar e criar. O empreendedor seria o realizador dos projectos em que poucos acreditavam, que aceitavam, que aceitava correr os riscos que mais ninguém queria aceitar.

O empreendedor é o indivíduo que desenvolve uma atitude inovadora ou atenta e disponível para a inovação e, por isso, não cristalizada nem fechada nos domínios da administração e gestão de organizações, nomeadamente as empresas. Tratando-se de um profissional inovador, a sua prática tem repercussões em qualquer área do conhecimento humano e, em especial, no âmbito dos recursos humanos. Enquanto empresários, os indivíduos empreendedores estiveram associados ao surgimento e ao incremento do capitalismo industrial, aceitando correr riscos ao montarem a sua própria empresa. À medida que o sistema

capitalista se foi desenvolvendo, nomeadamente na sua vertente comercial, esse tipo de empresários foi desaparecendo, voltando agora em força com a aplicação das tecnologias informacionais à produção, já que aquelas tecnologias potenciam a inovação e a flexibilidade nos novos sistemas de produção. Enquanto trabalhadores de empresas, a atitude empreendedora é cada vez mais valorizada: pede-se aos colaboradores das empresas que contribuam para a identificação de soluções e de novos caminhos; que também inovem e sejam capazes de acrescentar novas valias à realidade existente. Estes são os trabalhadores que o futuro reclama.

Actividade

1. Em conjunto com os colegas da turma, identifica um conjunto de nomes de empresários de sucesso a partir da definição de "indivíduo empreendedor".
2. Dessa lista, cada grupo escolhe uma individualidade, da qual elabora uma biografia a apresentar posteriormente à turma. Sublinha o seu percurso empreendedor e destacando as características que foram decisivas para o seu percursos profissional bem sucedido.
3. Após a apresentação de todos os trabalhos, a turma deverá elaborar uma síntese das características detectadas em cada individualidade no sentido de construir o retrato do empresário empreendedor.

1.8.1. Trabalho e formação

Hoje as necessidades de aprender e de se formar não se restringem a um determinado período da nossa vida, mais ou menos coincidente com o período relativo à nossa passagem pela escola. Pelo contrário, a aquisição de conhecimento e competências é um processo que se mantém ao longo de toda a nossa vida. Porque é que isso acontece?

> Aqueles que trabalham com as suas mentes governam os outros; aqueles que trabalham com sua força são governados pelos outros.
>
> **MÊNCIO, filósofo chinês confucionista (370 a.C. – 289 a.C.)**

Como vimos, o mundo actual, em todas as suas vertentes, quer estejamos a falar de economia, política, ciência ou cultura, está sob mudança.

Do mesmo modo que a realidade rapidamente se transforma, também os nossos conhecimentos ficam desajustados e desactualizados em relação à realidade que todos os dias se modifica, sob o impulso da ciência, das tecnologias de informação, das pressões da globalização. Esta rápida desvalorização dos nossos conhecimentos implica que tenhamos de, permanentemente, os actualizar. Não é suficiente ficarmos com aquilo que num determinado momento da nossa vida aprendemos – é necessário estar constantemente a aprender, a aprender durante toda a vida. O êxito de um indivíduo na actual sociedade do conhecimento requer a sua capacidade de continuar a aprender de diferentes maneiras ao longo da sua vida, bem como de adaptar-se rápida e eficazmente a novos contextos de natureza social e profissional.

Mas as necessidades de formação têm outra causa por trás. É que, do mesmo modo que a sociedade se transforma, também se assiste a uma maior mobilidade profissional e a uma mais contínua troca de emprego. O conceito de emprego para toda a vida chegou ao fim. Esta mobilidade profissional requer e/ou tem de se apoiar numa constante aprendizagem que compreenda a requalificação, treino de competências,

aquisição e desenvolvimento de novas competências. Ora, isto é possível através de um processo de formação ao longo da vida.

A formação deverá ter em conta a instabilidade e incerteza dos cenários de futuro, a flexibilidade da organização do trabalho e a extrema mobilidade no emprego. Por isso, deverá ser uma formação de banda larga, isto é, de carácter alargado, fornecendo para além de conhecimentos técnicos, também conhecimentos gerais, desenvolvendo competências transversais, conferindo a quem aprende uma maior polivalência e uma maior capacidade para a mobilidade social e profissional. A necessidade de a qualquer momento um indivíduo ser obrigado a reconfigurar o seu posicionamento profissional, conseguir dar uma volta na sua carreira, será tanto mais satisfeita quanto o trabalhador for capaz de aprender novos saberes ou actualizar eficazmente os saberes de que já dispõe.

1.8.2. **Novos perfis profissionais**

O empreendedorismo constitui uma competência-chave para enfrentar o mundo em mudança em que vivemos. Empreender é, fundamentalmente, agir. Contudo, agir de forma consciente e determinada, reconhecendo a mudança como elemento intrínseco a todo este processo.

Geralmente os **empreendedores têm em comum um conjunto de características**. Enumeremos algumas delas:

- Planear , organizar, comunicar, avaliar e memorizar;
- Trabalhar, cooperativamente, em equipa e com flexibilidade;
- Identificar em termos pessoais as áreas fortes e fracas;
- Agir proactivamente e responder positivamente a mudanças;
- Assumir riscos.

Isto é, um empreendedor planeia e projecta o seu trabalho, podendo executá-lo em equipa, para o que deve ser capaz de conhecer bem as pessoas, aproveitando as mudanças, mesmo correndo riscos.

Para se ter uma **atitude empreendedora**, deve-se desenvolver as **seguintes competências**:

- Autoconfiança/ conhecimento dos riscos;
- Iniciativa/avaliação/energia;
- Resiliência
- Planeamento/organização;
- Criatividade/ inovação;
- Relacionamento interpessoal/comunicação.

Texto 1

[...] Ao longo da era da Segunda Vaga, o trabalho nas fábricas e nos escritórios tornou-se firmemente mais repetitivo, mais especializado e mais submetido à pressão do tempo, e os patrões queriam trabalhadores que fossem obedientes, pontuais e estivessem dispostos a desempenhar tarefas rotineiras. Os traços correspondentes eram inculcados pelas escolas e recompensados pelas empresas.

À medida que a Terceira Vaga penetra na sociedade, o trabalho torna-se menos repetitivo. Tornando-se menos fragmentado, com cada pessoa a fazer uma tarefa um tanto maior [...] O horário flexível e o ritmo

próprio substituem a antiga necessidade de sincronização maciça do comportamento. Os trabalhadores são forçados a habituar-se a mudanças mais frequentes [...]

Portanto, do que os patrões da Terceira Vaga necessitarão cada vez mais será de homens e mulheres que aceitem responsabilidade, que compreendam como o seu trabalho se encaixa no dos outros, que sejam capazes de desempenhar tarefas cada vez maiores, que se adaptem rapidamente a circunstâncias diferentes e que estejam sensitivamente sintonizados com as pessoas que o rodeiam.

Alvin TOFFLER, *A Terceira Vaga*, pp. 380-381

Actividade

1. Explica as razões que são apontadas no texto para a mudança do perfil profissional.
2. De acordo com as mudanças apresentadas, tornam-se necessárias novas competências. Identifica essas competências.

1.8.3. **Empreendedorismo: elementos fundamentais –Iniciativa**

O que é ter iniciativa? Para se ter iniciativa é necessário conseguir antecipar o futuro, olhar para a frente não esquecendo o que ficou para trás. Um empresa com iniciativa é capaz de antecipar as necessidades do cliente, antes que ele tenha consciência dos produtos que irão satisfazer essas necessidades. O empreendedor antecipa os acontecimentos e caminha à sua frente. A equipa que tem a iniciativa num jogo de futebol é aquela que diz como se vai jogar, é aquela que age enquanto a outra apenas reage.

O trabalhador com espírito de iniciativa não resolve os problemas, antecipa os problemas de forma a que, quando estes surgirem, ele já possua a solução. É isto que se chama ter espírito de iniciativa e este constitui um elemento fundamental que integra o empreendedorismo.

- Aceitação do risco, Auto motivação e disciplina

Associada à atitude empreendedora está a ideia de que o empreendedorismo é aquele capaz de assumir riscos. Com efeito, ligado ao espírito empreendedor está a noção de criar, inovar e aventurar-se. Foram empreendedores aqueles que se lançaram na aventura de desbravar o Oeste americano perante o desconhecido, os primitivos capitalistas que criaram as suas empresas perante o olhar descrente dos outros ou os investidores que insistiram nas suas ideias inovadoras mesmo enfrentando a oposição dos seus pares, quando não tinham mesmo de superar desânimo ou situações em que foram cobertos de ridículo. Portanto, o espírito empreendedor sempre esteve presente na aventura humana, protagonizada por aqueles que

apercebendo-se das potencialidades do meio que os rodeava, se dispuseram a criar algo de novo contra todas as adversidades e assim mudaram a realidade.

O empreendedor é também aquele que está disposto a assumir riscos. Esta atitude contraria uma natural tendência para a imobilidade e o conformismo. Contudo, os riscos não devem ser vistos como factores negativos. O reverso do *risco é a oportunidade*, porque, arriscando, pode obter-se ganhos imprevistos.

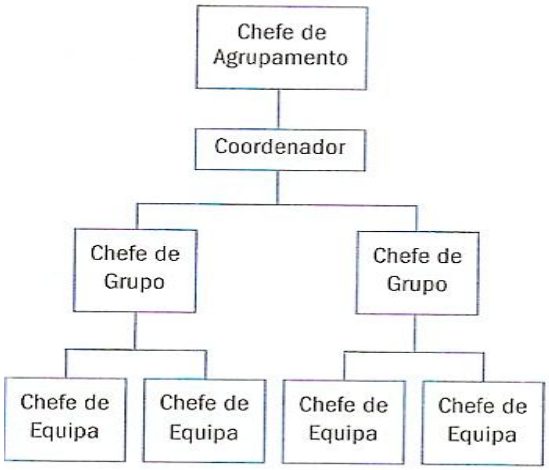
Quando o meio não é estimulante, o empreendedor encontra em si motivos para descobrir novos caminhos. Enquanto automotivado, o empreendedor revela uma atitude de coragem que deve gerir de forma disciplinada, para que a sua actividade inovadora não seja apenas o fruto de um golpe de génio ou o resultado de um capricho. A disciplina diz respeito à metódica recolha, selecção e organização da informação, bom como à sua disponibilização.

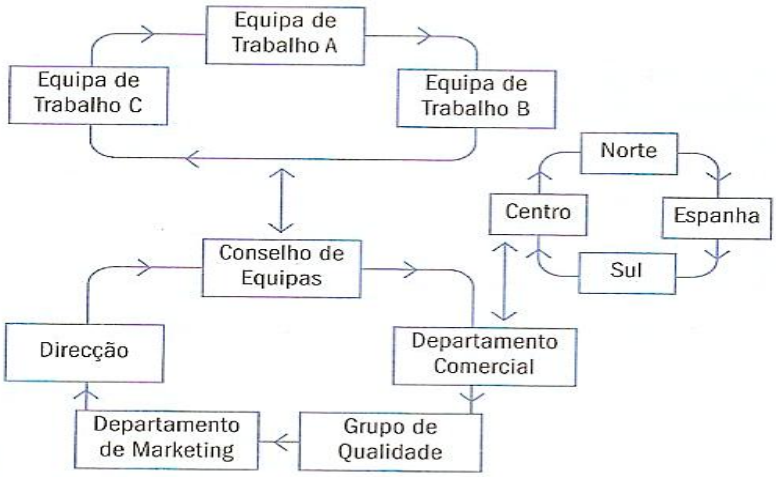
1.8.4. **Responsabilidade e responsabilização**

A responsabilidade do trabalhador e a sua responsabilização realizadas no seio de uma empresa constituem outro dos elementos fundamentais que integram a atitude empreendedora.

Numa organização piramidal onde o vértice superior corresponde à direcção da organização e a sua base larga corresponde ao grande grupo daqueles que executam e apenas se limitam a isso, a responsabilidade está nas mãos da chefia. Neste modelo de organização o poder de decisão está concentrado num único indivíduo ou num grupo de pessoas; à grande maioria dos trabalhadores nada mais se pede do que a execução das tarefas previamente definidas.

Ora, a introdução das novas tecnologias da informação e comunicação, a automatização dos processos produtivos têm levado a mudanças na estrutura organizativa. Ao valorizar-se a informação e o conhecimento, chama-se a atenção para as capacidades individuais, aceitando-se a partilha das capacidades de decisão, no âmbito de um maior envolvimento individual no processo produtivo e que é requerido na atitude empreendedora. Esta descentralização organizativas é acompanhada por uma maior responsabilização de cada um, na medida em que cada um é responsabilizado pelo seu trabalho, começa a existir um maior empenhamento para com a organização, o que acaba também por ter reflexos positivos na produtividade.





Organização em rede: neste tipo de organização a responsabilidade é partilhada por todos.	**Organização em pirâmide**: organização tradicional. O vértice da pirâmide concentra a responsabilidade, que se vai diluindo à medida que se caminha para a base.

2. Direitos do Trabalho e Trabalho com Direitos

2.1. OS DIREITOS E DEVERES

O trabalho, ao nível do seu significado mais imediato, remete-nos para ideias de sofrimento, dor, dependência, humilhação, necessidade, exploração. Mas também surge associado ao direito de trabalhar como ao dever de trabalhar. O trabalho é um direito (e outros direito com ele relacionados, como sejam, os direitos ao descanso, reforma, protecção social, etc.) e um dever.

Desde os tempos primordiais da humanidade até à actualidade, o conceito de trabalho foi objecto de profundas alterações no seu conteúdo, natureza e valor. Nas sociedades esclavagistas (Egipto, Grécia, Roma) e durante os dez séculos de servidão (da Idade Média até ao Renascimento), o trabalho como acto humano foi considerado algo desprezível, inferior e indigno. Logo, que exercia uma actividade não tinha direitos, nem protecção e não via reconhecido o seu esforço de transformação da natureza em bens e valores. Estamos a falar de um estatuto jurídico-político em que os trabalhadores eram considerados escravos e servos. Com a evolução das sociedades, o conceito de trabalho evolui e os direitos de trabalho também.

Karl Marx e o Marxismo

Filósofo alemão nascido em Trèves (Renânia) em 1818. Acerca dele se afirmou: «No século dezanove foi o pensador que teve, de longe, a influência mais directa, deliberada e poderosa sobre a Humanidade» (Isaiah Berlin). Sensível aos problemas sociais da época, foi influenciado pelas doutrinas do socialismo utópico de Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen e pelas teorias da economia política de Adam Smith e David Ricardo, que tentou superar. O pensamento de Marx define-se essencialmente em oposição ao idealismo hegeliano, embora dele retome a concepção dinâmica da realidade e os princípios da dialéctica, reinterpretando-os à luz de uma concepção materialista. A crítica fundamental que faz a Hegel é a de que este apenas se apercebeu do desenvolvimento espiritual abstracto, quando a ideia não é mais que «a matéria, trasladada e transformada na cabeça do homem», provocando, simultaneamente, uma inflexão no agir filosófico, afastando-o do domínio puramente teorético para o inserir na esfera da intervenção prática - «até ao presente, os filósofos só se têm preocupado com a interpretação do mundo segundo várias ópticas. Todavia, o problema está em ser capaz de o transformar». Recusando a transposição hegeliana do facto empírico para o plano metafísico, defende que não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas o seu ser social que determina a consciência. É a partir dessa premissa que Marx constitui o sistema do materialismo histórico, segundo o qual os processos económicos estão na base de toda a evolução da humanidade, considerando todas as restantes manifestações socioculturais como meras superestruturas ideológicas, estritamente determinadas pelas relações de produção vigentes.

A história das sociedades é encarada como um longo processo dialéctico em que as classes oprimidas, vítimas de relações de produção desiguais, se revoltam contra as classes dominantes, instaurando uma nova ordem económica. A luta de classes percorre, portanto, todo o devir da humanidade, desde a antiguidade (sociedade esclavagista em que se opõe ao homem livre o escravo), passando pela sociedade feudal (oposição entre suserano e servo), até à sociedade capitalista, na qual a revolução do proletariado, através da abolição da propriedade privada e da colectivização dos meios de produção, suprimirá todos os antagonismos, instaurando o comunismo e a sociedade sem classes.

Marx debruçou-se em particular sobre a formação e a essência do capitalismo considerando que este se fundamenta numa apropriação indevida da mais-valia gerada pelo trabalho numa lógica de acumulação e concentração de riqueza que deixa completamente de lado a função social do trabalho e reduz o proletariado a um estado de alienação em que o trabalho deixa de ser um factor de realização pessoal. A religião, que classifica como «ópio do povo», associa-se a esse processo de alienação, prometendo aos proletários uma satisfação extramundana em troca da sua submissão à ordem estabelecida.

Marx morreu em Berlim em 1883. O seu sistema, desenvolvido em grande parte em colaboração com Friedrich Engels (1820-1895) e imbuído de objectivos sociais reformistas e emancipadores, marcou decisivamente toda a filosofia política contemporânea Como referenciar este artigo:

Karl Marx. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-05-02].

Disponível na www: <URL: http://www.infopedia.pt/$karl-marx>.

O trabalho começa a ser visto como fonte de produção de riqueza e de realização pessoal e social, como meio de dignificação das pessoas. Com a Revolução Industrial, surge o trabalho assalariado regulado por um contrato onde se expressavam algumas das condições de realização desse trabalho: as horas de trabalho, as tarefas a cumprir, o salário a receber. Foi o princípio da construção de um quadro jurídico de protecção do

trabalhador. Este começa a reivindicar protecção e contrapartidas, pois compreende que as sociedades se desenvolvem, desde sempre, através do trabalho produzido por agricultores, pescadores, comerciantes, artesãos, operários,... Na relação de trabalho, o trabalhador é a parte mais frágil. Por isso, as leis e normas de protecção dos trabalhadores são o factor de equilíbrio da relação de trabalho.

Sobretudo a partir do século XIX, um novo mundo do trabalho começa a afirmar-se, fruto das ideias de Karl Marx, que apelam à organização dos trabalhadores e à luta contra as formas de exploração. Começa a configurar-se um novo mundo de trabalho, em que se vão conquistando melhores condições de vida, de trabalho e protecção social.

Tal deve-se:

- À luta dos trabalhadores conduzida pelas organizações sindicais e materializada em greves, paralisações, manifestações e revoltas;
- Ao aparecimento de partidos operários que abriram caminho ao aprofundamento da democracia (direitos políticos para todos) e a um novo conceito de Estado Social (direitos socais para todos);
- Ao aumento da capacidade negociadora do movimento sindical;
- Ao acesso ao poder de partidos sociais-democratas que defendiam a construção de um Estado de bem-estar social;
- Ao aparecimento do consumo de massas como estratégia de expansão do capitalismo em ganhar mercado, o que leva a um aumento da capacidade do poder de compra dos trabalhadores. Os trabalhadores ganham o estatuto de consumidores. Como consumidores, começa a receber alguma protecção e recompensa social por parte do Estado.

Sindicatos, partidos e Estados – em resposta aos anseios de justiça, reflectidos também nas novas orientações da doutrina social da igreja –, desenvolvem esforços para que se reconheça que o trabalho humano é chave da questão social, e por isso, deve constituir o centro das prioridades:

- Ao trabalho deve corresponder um salário justo que permita levar uma vida digna em família e em sociedade;
- Ao trabalho devem corresponder condições para a sua realização em segurança, sem discriminação ou qualquer forma de exploração;
- Ao trabalho deve corresponder a liberdade cívica de reunião e associação;
- Ao trabalho deve corresponder a garantia de protecção na saúde, o acesso à segurança social e a conciliação entre o exercício de uma actividade e uma vida familiar.

Durante o século XX, surge o conceito de trabalho reconhecido, embora subsistam formas de trabalho marginais e exploradoras, principalmente em relação às mulheres e ao trabalho infantil, ou seja, quem trabalha deve poder valorizar o seu trabalho. Deste modo, as actividades cívicas e de voluntariado começam também a ser consideradas formas de trabalho.

Surge:

- O trabalho remunerado;
- O trabalho em casa (educação dos filhos, lides domésticas, apoio a idosos);
- Trabalho social (actividades de voluntariado em diferentes áreas, como a saúde, a educação, o desporto, a vida associativa...).

Actividade

1. Diga o que entendes por trabalho justo e digno.
2. Como foi possível ao trabalhador ganhar alguma protecção social?
3. Que significa falar de trabalhador-consumidor?

2.2. DIREITOS DO TRABALHO NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM

No seguimento da II Guerra Mundial e num contexto catastrófico de destruição, a ONU (Organização das Nações Unidas) faz aprovar, em 1948, um quadro de referencial de direitos económicos, sociais e políticos que se pretendiam universais, para que nunca mais o espectro da guerra e da destruição assolassem o mundo. Esta Declaração Universal dos Direitos do Homem não esquece o mundo do trabalho, as relações de trabalho, o associativismo, a segurança social, os direitos de trabalho.

Numa época de globalização, o respeito pela Declaração Universal dos Direitos Humanos deve transformar-se na globalização "mãe de todas as globalizações". Para perceber esta ideia, deixemos aqui uma síntese de alguns artigos fundamentais:

"**Artigo 4.º-** Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão: a escravatura e o trato de escravos, sob todas as formas, são proibidos."

Contudo, neste novo milénio, ainda subsistem regimes e sistemas em que formas de servidão e escravatura continuam a ser praticadas sobre milhares de pessoas, como se fossem coisas, sem direitos, sem liberdade e sem dignidade. Os mais afectados são crianças e mulheres.

"**Artigo 20.º-**1) Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas. 2) Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação."

Em 1948, numa altura em que uma grande parte da população mundial vivia sob regimes de cariz totalitário, de direita ou de esquerda, este artigo é verdadeiramente importante, porque, por um lado, permite a liberdade de associação e, por outro, condena a obrigatoriedade de fazer parte de qualquer associação. Este artigo foi fundamental para o aparecimento de organizações de trabalhadores e patronais livres da influência dos poderes políticos.

Artigos 23.º- 1) Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condição equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego. 2) todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual. 3) quem trabalho tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita a si a à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social. 4) Toda a pessoa a pessoa tem direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

Este artigo pressupõem o trabalho com direitos e a promoção da protecção social no desemprego e, ao mesmo tempo, o combate à pobreza. Estes direitos vão responsabilizar os Estados e as organizações do trabalho pela promoção de políticas, programas e medidas que permitam um efectivo desenvolvimento humano. No número 4) deste artigo, está subjacente o apoio ao movimento sindical para continuar o esforço

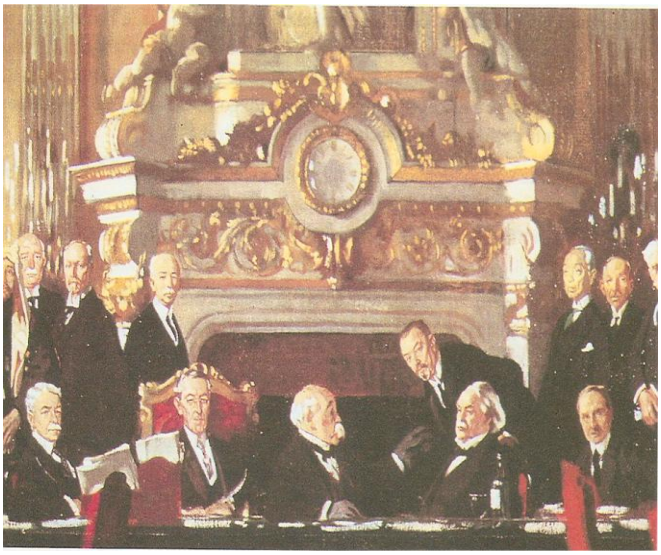
de fidelidade pela luta por melhores condições de vida e, ao mesmo tempo, pela sua participação a todos os níveis da sociedade na luta contra a exclusão social.

Actividade

1. Que importância assume a Declaração Universal dos Direitos do Homem para o Direito de Trabalho?
2. Diz o que entendes pela expressão "salário igual por trabalho igual?"
3. Procura na Declaração Universal dos Direitos do Homem outros artigos relativamente ao trabalho com direitos.

2.3. A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E O COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU

A OIT- Organização Internacional do Trabalho



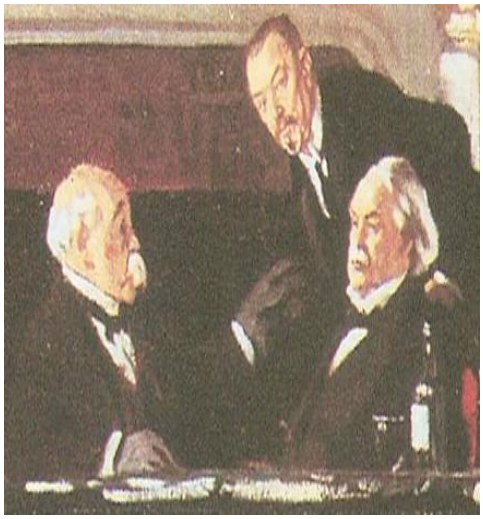
A constituição da OIT teve como finalidade a manutenção da paz no mundo e como missão promover o progresso social. Foi criada aquando da constituição da Sociedade das Nações, em 1919, como parte integrante do Trabalho de Versalhes, que encerrou a I Guerra Mundial. Neste contexto, a OIT procurava operacionalizar a convicção de que a paz universal só poderia ser mantida com base numa verdadeira justiça social. A OIT foi integrada no sistema de cooperação internacional moderno para as questões do mundo do trabalho. Tem a sua sede em Genebra. É a agência especializada da ONU para as questões do mundo do trabalho.

Na origem da OIT esteve o imperativo da protecção legal dos trabalhadores, colocado desde o início da Era Industrial, que levou os Estados e os sindicatos e economistas a decidir a inclusão desta organização do Trabalho de Versalhes. Ratificada pela Sociedade das Nações, a OIT assumiu um carácter permanente com o objectivo de pugnar para que os Estados melhorarem as condições de trabalho, visando uma finalidade comum de paz e harmonia universal.

Eis a sua **estrutura de funcionamento**:

- A **Conferência Geral**, órgão composto por representantes de todos os Estados Membros (181), empregados e trabalhadores, que discutem, negoceiam e fixam as normas internacionais do trabalho;
- O **Conselho de Administração**, igualmente tripartido, prepara, acompanha e executa as decisões da Conferência;

- O **Gabinete Internacional do Trabalho** (BIT), dirigido por um Director-Geral, tem o papel de secretariar a OIT;
- Os **órgãos subsidiários** – que são vários e têm natureza técnico-científica –, gabinetes de estudo e comissões completam a estrutura de funcionamento da OIT.



A OIT é uma organização que se manteve sempre activa, sobrevivendo ao fim da Sociedade das Nações e à II Guerra Mundial. Através da chamada Declaração de Filadélfia de 1944, reafirma a sua continuidade como agência especializada da ONU para as questões laborais internacionais. Com a convenção de 1989, relativa aos direitos das crianças, reconhece o direito da criança de ser protegida contra a exploração económica, de não ser sujeita a nenhum trabalho que comporte riscos ou seja susceptível de comprometer a sua educação ou prejudicar o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral, ou social. O BIT fixou em 15 anos a idade mínima de admissão ao emprego.

A tarefa maior da OIT é promover a aplicação das leis do trabalho para melhorar a justiça social. A OIT tem, sobretudo, um papel normativo. Os Estados têm a obrigação de tomar as medidas necessárias para incorporar as medidas necessárias para incorporar as Recomendações e Convenções no Direito Nacional (interno). A OIT contribui para o progresso social e económico, nomeadamente no Terceiro Mundo, em colaboração com outras organizações internacionais, através de uma cooperação técnica e científica. É a referência internacional em matéria de Direito do Trabalho. Com a finalidade de controlar a forma dos governos aplicarem as convenções que ratificaram, foram criadas uma comissão de técnicas independentes, uma comissão tripartida, bem como uma comissão da liberdade sindical. Foi assim que, ao longo de 80 anos, a OIT se tornou num instrumento de diálogo e paz social do mundo do trabalho.

12 Convenções ratificadas em vigor desde 1982, em STP

	Assunto	Data de ratificação
C.17	Reparação dos acidentes de trabalho, 1925	01.06.1982
C.18	Doenças Profissionais, 1925	01.06.1982
C.19	Igualdade de tratamento entre trabalhadores estrangeiros e nacionais em matéria de reparação de acidentes de trabalho, 1925	01.06.1982
C.81	Inspecção do trabalho, 1947	01.06.1982
C.87	Liberdade sindical e protecção do direito sindical, 1948	17.06.1992
C.88	Organização do serviço de emprego, 1948	01.06.1982
C.98	Direito de organização e de negociação colectiva, 1949	17.06.1992
C.100	Igualdade de remuneração, 1951	01.06.1982
C.106	Descanso semanal (comércio e escritórios), 1957	17.06.1992

C.111	Discriminação (emprego e profissão), 1958	01.06.1982
C.144	Consultas tripartidas destinadas a promover a aplicação das normas internacionais do trabalho, 1976	17.06.1992
C.159	Readaptação profissional e emprego de deficientes, 1983	17.06.1992

http://ilo-mirror.library.cornell.edu/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/saotome.htm, consultado em Junho de 2012

Actividade

1. O que é a OIT?
2. Qual a missão da OIT?
3. Em que consiste uma convenção da OIT e qual a sua importância?
4. Que papel desempenha a OIT na criação de normas de regulamentação internacional do trabalho?

2.4. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

A declaração Internacional dos Direitos do Homem e a Organização Internacional do Trabalho são documentos referenciais para a problemática das condições de trabalho justas e dignas. Todos os seres humanos têm direito a uma série de garantias jurídicas e físicas que asseguram condições no local de trabalho. Em termos gerais, estas garantias são preenchidas por garantias legais (salário equitativo, férias, limitação de horários, indemnizações por fim de emprego) mas também infra-estruturas físicas do local de trabalho, objecto também de disposições legais (limpeza, higiene, nível de ruído, temperaturas, segurança, etc.).

Durante o século XIX e a primeira metade do século XX, no âmbito do trabalho em cadeia, massificado, com ritmos de produção acelerados e horários pesados, os acidentes de trabalho, as doenças musculares,

esqueléticas e psicossociais, eram uma realidade, mas não havia regulamentação para obrigar os empregadores a criar condições físicas, ambientais e psicológicas para melhorar o ambiente geral do posto de trabalho.

Foi na linha de protecção dos trabalhadores que a OIT, a partir de 1919, desencadeou uma imensa actividade normativa, de modo a que as pessoas fossem consideradas a prioridade e não a produção. Por curiosidade, a Convenção n.º1 da OIT é precisamente sobre a duração do trabalho na indústria, quando se chegava a trabalhar 12;14 e às vezes 16 horas diárias, o que contribuía para o aparecimento de doenças profissionais, de natureza física e psicológica. Os sindicatos começaram a pôr na sua agenda reivindicativa a exigência de condições higiene-sanitárias e de segurança para o posto de trabalho.

Até aos anos 70 do século XX, a tónica reivindicativa das organizações de trabalhadores centrava-se mais no "trabalho justo", significando "salário" que permitisse uma vida digna para o trabalhador e a sua família. Contudo, a pouco e pouco, o discurso dos organismos internacionais dos trabalhadores começa a referir-se ao "trabalho digno", o trabalho com condições para a sua realização a nível de higiene, limpeza, segurança e com protecção na saúde.

Nos anos 80 do século XX, as estruturas sindicais não negociavam apenas o salário, e a duração do trabalho. Começaram a exigir condições de trabalho a nível de higiene, segurança e saúde, de modo a reduzir a sinistralidade, a evitar os acidentes e a diminuir as doenças profissionais. Os Estados começam também a defender esta linha de consideração do trabalho, desenvolvendo políticas de protecção dos trabalhadores e desenvolvendo legislação e normas de segurança, higiene e saúde para os locais de trabalho, tendo verificado que os problemas de saúde pública diminuíam e, consequentemente, reduziam as despesas com a saúde, as entidades patronais começaram também a aceitar a ideia de que, num local de trabalho com condições físicas e ambientais adequadas, a produtividade subia e o absentismo diminuía.

Actividade

1. Estabelece a diferença entre os conceitos de "trabalho justo" e "trabalho digno".
2. Qual a relação entre bom ambiente de trabalho e produtividade?

Segurança, higiene e saúde no trabalho

Os anos 80-90 do século XX trazem para a opinião pública o paradigma, isto é, o modelo da higiene, segurança e saúde no trabalho. Multiplicam-se as iniciativas e os organismos para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho:

1. Em 1993 foi criado o Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho para a prevenção dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais;

2. As entidades organizações patronais e sindicais apostam na formação para a prevenção e autoprevenção dos trabalhadores e gestores. Os gestores também começam a receber formação e a ser responsabilizados pelos acidentes que ocorram por negligência da gestão, por falta de sinalização ou por falta de equipamentos adequados à realização de trabalhos perigosos;
3. A medicina do trabalho ganha importância e as empresas começam a ser obrigadas, em determinadas áreas de actividade, como minas, transportes, pedreiras indústria química, a ter planos de assistência e vigilância sistemática da saúde dos trabalhadores.
4. É criado o Dia Mundial da Segurança e Saúde do Trabalho, 28 de Abril, celebrado um pouco por todo o mundo e reconhecido pela OIT e pela OMS (Organização Mundial de Saúde), com objectivo de homenagear as vitimas de acidentes de trabalho e de doenças profissionais e sensibilizar o mundo para esta problemática;

5. A ergonomia, constituída como disciplina da adequação do espaço físico ao uso do ser humano, ganha importância na definição do ambiente de trabalho ajustado ao trabalhador.

Todas estas medidas têm como missão principal sensibilizar os Estados, os trabalhadores, os empregados e a sociedade em geral para a melhoria das condições de trabalho e de vida.

O que significa falar de segurança, higiene e saúde no trabalho?

"A segurança e a higiene são duas actividades que estão intimamente relacionadas com o objectivo de garantir condições de trabalho e de manter um nível de saúde dos trabalhadores, o qual segundo a OMS, é um estado de bem-estar físico na vida social e não somente a ausência de doença e enfermidade.

A higiene do trabalho propõe-se combater, não só as doenças profissionais, mas também identificar os factores que podem afectar o ambiente de trabalho e o trabalhador, visando eliminar e reduzir os riscos profissionais (condições inseguras de trabalho que podem afectar a saúde, segurança e bem-estar do trabalhador).

A segurança do trabalho propõe-se combater, também de um ponto de vista não médico, os acidentes de trabalho, quer eliminando as condições de risco do ambiente, quer sinalizando através de sinaléticas convencionais os potenciais perigos, quer educando e incentivando o trabalhador a utilizar medida preventivas."

Adaptado de http://www.geocities.com/hig_seg/1.html?200719

Por acidente de trabalho entende-se todo o acontecimento súbito e anómalo que se verifique no local e no tempo de trabalho ou no trajecto de e para o local de trabalho. Destes acidentes podem resultar a morte, incapacidades graves e permanentes, para o trabalho e para a boa qualidade de vida.

"A análise das condições de trabalho impõe a consideração de factores ou variáveis, uns dependentes do próprio trabalho que é

solicitado ao trabalhador (esforço físico, segurança, qualificação, implicação pessoal) outros dependentes do ambiente circundante imediato do posto de trabalho (meio físico ambiental, tipo de horários, modo de remuneração), outros ainda dependentes da inserção da empresa no seu meio próprio (meios de transporte, alojamento, equipamento social da empresa) e, finalmente, aqueles que dependem directamente do contexto global (situação do emprego, consideração social).

Nesta perspectiva, são estudados os efeitos de factores como a postura normal solicitada ao trabalhador, a sedentariedade ou as deslocações, as cargas físicas suportadas, as exigências de tempo de execuções, a atenção e minúcia e complexidade das decisões, os riscos de acidentes, a temperatura, ruídos, iluminação e vibrações, etc.

Observa-se a realização de intervenções e politicas no sentido de alterar e melhorar estas condições de trabalho nas empresas. Surge a ergonomia, que fazendo apelo à contribuição das disciplinas científicas como a fisiologia, a psicologia, a sociologia, a tecnologia, o design industrial, etc., procura preparar especialidades capazes de conceber o posto de trabalho a partir da integração complexa das varáveis humanas, materiais e organizacionais,"

João Freire, *Sociologia do Trabalho*

Do acto de trabalhar não fazem parte acidentes e doenças profissionais. Estas e aqueles evitam-se através de medidas eficazes de prevenção.

Actividade

1. A partir de quando são estabelecidas relações entre ambiente de trabalho e produtividade?
2. Diz o que entendes por segurança, higiene e saúde no trabalho?
3. Que papel desempenha a Inspecção-Geral do Trabalho?
4. Além dos benefícios pessoais quais as vantagens sociais e económicas resultam da segurança, higiene e saúde no trabalho?
5. O que é um acidente de trabalho?
6. De que matérias disciplinares se ocupa a ergonomia?

3. A Globalização

3.1. A CULTURA GLOBAL OU GLOBALIZAÇÃO DAS CULTURAS?

O que é a globalização?

A aldeia Global

O que acontece num determinado ponto do globo (a nível social, económico, político, ambiental) pode propagar-se com rapidez a todo o planeta. A fantástica facilidade com que circulam bens, serviços, capitais e pessoas, permite-nos falar de uma era à escala planetária.

Texto 1

Da próxima vez que entrar num supermercado, preste atenção à vasta gama de produtos ao seu dispor. A diversidade de bens de que dispomos no Ocidente, e que se encontram ao alcance de quem tiver dinheiro para os comprar, está dependente de uma rede económica surpreendentemente complexa que se estende pelo mundo inteiro. Os produtos que verá expostos terão sido feitos em centenas de países diferentes... Todos eles, têm de ser transportados regularmente pelo mundo inteiro, sendo necessário constantes trocas de informação para coordenar milhões de transacções diárias. Só muito recentemente é que podemos falar de formas de associação social que abrangem o mundo inteiro... O mundo tornou-se um único sistema social, consequência dos crescentes laços de interdependência que hoje em dia afectam praticamente toda a gente. O sistema global não é apenas um espaço físico dentro do qual determinadas sociedades...evoluem e mudam. Os laços económicos, sociais e políticos que atravessam as fronteiras entre países condicionam de forma decisiva o destino daqueles que vivem nelas. Globalização é a designação corrente dada a esta crescente interdependência entre sociedades do mundo. Hoje em dia, já nenhuma sociedade humana vive em total isolamento das outras, e mesmo nos países ricos toda a gente está dependente de bens importados no estrangeiro. (...) Os processos de globalização trouxeram inúmeros benefícios para muita gente das sociedades industrializadas: uma maior variedade de bens de consumo e produtos alimentares do que alguma vez existira. Ao mesmo tempo, o facto de toda a gente estar envolvida num mundo cada vez mais abrangente ajudou a criar alguns dos mais sérios problemas que enfrentamos hoje em dia...tal como lidar com a degradação ambiental ou impedir guerras militares em larga escala, são necessariamente uma preocupação mundial.

Anthony Giddens, Sociologia

É frequente ouvirmos falar, de um modo quase banalizado e por vezes sem distinção, de **mundialização** e de **globalização**. O primeiro termo, **mundialização**, de uso mais frequente na literatura francófona, traduz a ideia da instantaneidade das gigantescas transferências de capitais entre praças financeiras através das modernas tecnologias (informática, satélites, Internet). O segundo termo, **globalização,** mais utilizado por autores anglo-saxónicos - sobretudo a partir dos anos 60/70 com a vulgarização da expressão **Aldeia Global** criada pelo pensador **Herbert Marshall McLuhan,** para designar o sistema global de comunicações então em expansão -surge como o aperfeiçoamento da intensidade daqueles fluxos de produção e de informação e o encurtamento ou retracção das distâncias-tempo.

Actividades

1. Mundialização e Globalização: O que aproxima e distingue estes dois termos?
2. Quais os argumentos que permitem qualificar a nossa era como a era planetária? Responda, socorrendo-se do **texto1** atrás apresentado.
3. Quem vulgarizou a expressão Aldeia Global e qual o seu significado?

Globalizar: da necessidade de harmonizar o local com o global

De modo geral, a globalização é um processo económico e social que abrange e abrangerá todos os países e pessoas. O mundo como que se " contrai", e daí a impressão de estarmos a viver a Aldeia Global. Através desse processo, as pessoas, as empresas e os governos, trocam, partilham ideias e culturas e realizam transacções financeiras e comerciais, constituindo progressivamente o que se pode considerar um modo de viver e de pensar com características globais, e uma rede de conexões reais e virtuais que deixam as distâncias cada vez mais curtas. Sem uma definição que se possa dizer universalmente aceite, a globalização é vista como um fenómeno complexo, em que se interligam aspectos políticos, económicos, sociais, jurídicos, religiosos, culturais e científicos, que traduzem a necessidade de melhor entender as grandes transformações que estão a chegar e cujos efeitos afectarão as sociedades humanas a todos os níveis.
O **aspecto mais visível da globalização** expressa-se nas **mudanças económicas** possibilitadas pelas inovações tecnológicas, mas a **transformação dos aspectos socioculturais** é também evidente. A Aldeia Global tem posto a 'nu as **tendências de confronto ou de harmonização do local com o global:**

- A **indústria das telecomunicações** está sob o domínio de algumas empresas mundiais que exercem o seu controlo nos campos mais lucrativos desta indústria. A **Internet** continua a ser usada por um número ainda restrito de pessoas;
- A **mobilidade de bens e pessoas é maior,** mas há uma **desigual distribuição dos transportes,** o que faz com que certas regiões sejam privilegiadas e outras sejam marginalizadas, em função de imperativos de rentabilidade das empresas do sector dos transportes;
- A **tendência para a diminuição do número de línguas,** a que acresce também a cada vez maior tendência dos seres humanos para a **diglossia,** isto é, para o uso, na vida local e do dia-a-dia, da língua vernacular, e sobretudo do inglês, para as actividades de maior prestígio ou reconhecimento;
- A **desigual repartição dos recursos naturais e da distribuição da população** (fertilidade cada vez mais baixa nos países ricos e cada vez maior nos países mais pobres), o que, perante um cenário de crescimento demográfico, torna a produção alimentar e o consumo de água, desafios da maior importância;
- A **ascensão do turismo a primeira indústria nacional para muitos países** e, em simultâneo, a manifestação de **profundas desigualdades em que assenta a sua internacionalização,** nomeadamente uma **generalizada degradação das condições de trabalho** e um **brutal aumento das desigualdades;**
- O **crescimento do comércio internacional,** que prossegue à custa de profundos e muito **graves desequilíbrios económicos, sociais** e também **ecológicos,** de que são exemplo a **urbanização galopante** e a **poluição industrial e agrícola;**
- A crescente **polarização do mercado planetário em três blocos regionais** (União Europeia, NAFTA - Acordo de Comércio Livre da América do Norte – e países da Ásia Oriental), onde, muitas vezes, longe do espontâneo funcionamento do mercado, as iniciativas económicas resultam do **jogo de interesses** de instituições internacionais apoiadas por governos e grupos privados multinacionais;
- O **aumento do fosso entre ricos e pobres,** com um cada vez menor acesso efectivo, por parte destes, à água, à alimentação, ao alojamento e ao ensino, e com uma cada vez maior **exclusão do Outro,** com manifestações violentas, tais como a **limpeza étnica** e o **genocídio.**

Estes são alguns dos **efeitos nefastos da globalização,** nascida da hegemonia das grandes potências e das grandes empresas, que nos chamam a atenção para a **necessidade de articular o local com o global.** Um novo termo emerge para caracterizar tal necessidade: a **glocalização.**

Actividades

1. Que significa afirmar que a globalização é um fenómeno complexo
2. Indique e caracterize alguns dos nefastos efeitos da globalização. Conhece outros ?
3- Que necessidade traduz o termo Glocalização?

3.2. ETAPAS E ASPECTOS DA GLOBALIZAÇÃO

História da globalização e nova ordem mundial

Nos sécs. XV e XVI surgem os precursores da globalização. A combinação de claros intentos estratégicos, o maior rigor científico existente na época e um notável planeamento logístico fizeram com que, primeiro Portugal e Espanha depois, através das descobertas marítimas, chegassem a todos os cantos do mundo e estabelecessem trocas comerciais e contactos civilizacionais, culturais e religiosos. No séc. XVIII, com a industrialização, revolucionaram-se as relações entre os Estados e todas as actividades humanas: novos meios de transporte e novas tecnologias têm, a partir deste período, um desenvolvimento nunca visto. É também neste período que tem início o sistema económico que conhecemos como capitalismo.

No séc. XX vemos nascer instituições de carácter mundial com um poder político por vezes superior ao dos próprios Estados. As Nações Unidas são um exemplo de como todas as nações do planeta acordaram em debater e tentar resolver, de modo comum, os problemas da integração política e da redução das desigualdades de riqueza e poder a nível internacional.

No final da década de oitenta, há um conjunto de factores que vão provocar uma total transformação no panorama político-económico mundial: a chegada de Gorbatchev ao Kremlin, com uma política assente na **glasnost** (transparência) e na **perestroika** (reestruturação),desencadeia um processo de desagregação da guerra fria. À desintegração da União Soviética e ao desmoronar do "comunismo" na Europa de Leste com a queda do muro de Berlim sucede a generalização do sistema político e económico neo-liberal, que vai dominar, a uma escala planetária, os modos de produzir e de consumir, bem como as estratégias económicas e financeiras. Finda a divisão do mundo em economias de mercado e economias de direcção central, finda a bipolaridade (URSS/EUA) que havia imperado no planeta durante quarenta anos, a nova ordem mundial - que mais parece uma desordem mundial - aparece com as seguintes características fundamentais:

- Afirmação dos EUA como única superpotência militar e com poder de decisão global;
- Internacionalização e globalização dos mercados e formação de megablocos económicos;
- Mudanças económicas nos ex-países socialistas;
- Novos fluxos migratórios (Sul/Norte e Leste/Oeste);
- Debate de novos temas, sobretudo direitos humanos e meio ambiente;
- Desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e da Internet;
- Explosão de conflitos com raiz em fundamentalismos religiosos, étnicos e nacionalistas.

Actividades

1. Quais são as principais etapas da globalização?
2. Em que consiste a nova ordem mundial?

Diversos modos de considerar a globalização

Para caracterizar a globalização, encontramos respostas distintas. Quatro linhas de orientação retratam-nos o fenómeno em toda a sua amplitude:

- **A globalização, como época histórica**: característica principal do ciclo histórico em que a humanidade entrou a partir da abertura da China em 1978 (com as reformas económicas levadas a cabo por Deng Xiaoping), da queda do muro de Berlim em 1989, do fim da União Soviética e do início das reformas económicas na Índia em 1991. Este processo levou à redefinição dos conceitos fundamentais sobre os quais se apoiava o edifício político-democrático construído no final do séc. XVIII, tais como, o Estado-Nação, a soberania, a cidadania;
- **A globalização, como fenómeno sociológico de compressão do espaço e do tempo**-, as novas tecnologias e os meios de comunicação encurtaram tão significativamente o tempo e as distâncias, que alteraram por completo o nosso modo de vida. Em termos económicos e financeiros, a liberdade de circulação do capital permitiu aos seus detentores (grandes empresas, bancos, multinacionais) ter uma vantagem decisiva sobre os demais cidadãos, sobretudo os que se encontram limitados pelos controlos de migração e pelos custos da mudança. A nova concepção de tempo traduz-se também numa nova fonte de valor e de poder. De facto, as grandes empresas passam a calcular os custos de produção em termos de tempo necessário para fazer as coisas, sendo o trabalho submetido à pressão da redução do tempo para realizar uma tarefa;
- **A globalização, como hegemonia dos valores liberais**: duas perspectivas aqui se apresentam. Uma afirma que a globalização é uma criação ideológica que procura legitimar uma ordem internacional que sirva os seus interesses. A outra perspectiva defende que a Globalização é um fenómeno real e observável que **se confunde com a supremacia da ordem liberal, regida pela economia de mercado.** Assim, uma economia global não passaria de uma economia dominada por três grandes blocos de riqueza constituídos pela Europa, Japão e América do Norte e, posteriormente, pelas economias emergentes - China e Índia. **Poucas empresas seriam globais.** Seriam no geral **multinacionais** (vinculadas aos seus países sede mas ramificadas por todo o mundo) ou **transnacionais** (atravessam fronteiras, deslocalizando-se com frequência);
- A ***globalização, como fenómeno sociopolítico:*** resulta da **interacção de três processos** ocorridos ao longo dos últimos vinte anos nas relações económicas internacionais: - a **expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais;** - o **aumento agressivo da concorrência nos mercados internacionais;** e - a **maior integração dos sistemas económicos nacionais.** Expressam esta nova realidade a produção e comercialização de mercadorias materiais e imateriais (bens e serviços). Mais do que a **internacionalização** (aumento das transacções com o exterior), a **globalização** (integração progressiva de cada economia - em termos financeiros, comerciais e produtivos - na formação de um mercado mundial) implica a capacidade dos grandes grupos económicos,

financeiros e políticos concertarem abordagens e condutas face aos mercados de compradores, às fontes de aprovisionamento, à localização da produção industrial e às estratégias da concorrência. Neste sentido, a ideia de uma **economia-mundo** já não é apenas uma ideia, é uma realidade.

Actividades

1. Que marcos históricos foram significativos para a consolidação da globalização?
2. Quais as consequências da compressão do espaço e do tempo na vida da humanidade?
3. O que distingue, numa economia global, as empresas multinacionais das transnacionais?
4. Identifique os processos cuja interacção determina a globalização como fenómeno sociopolítico.
5. O que distingue a internacionalização, da globalização?
6. Caracterize, através de exemplos, o conceito de internacionalização da economia e da produção
7. Indique exemplos de economia-mundo.

Globalização e modificações tecnológicas

As modificações tecnológicas a que assistimos desde o séc. XVIII, a invenção do telégrafo, do barco a vapor, do comboio, da electricidade, das inovações na química, do motor de explosão, do telefone, o uso do petróleo, do plástico, a invenção da televisão, do telemóvel, do motor eléctrico, o uso da biotecnologia e dos novos materiais, tudo isto constituía base que, culminando nas novas tecnologias da comunicação e da informação, são o suporte da globalização. As tecnologias informáticas estruturadas em termos de produção, processamento e transmissão de informação, interagindo com a economia, a cultura e a sociedade, trouxeram uma nova vivência do espaço e do tempo. Momentos marcantes que contribuíram para isso foram os seguintes:

- A introdução do computador pessoal, em 1975;
- A introdução do computador portátil, nos anos 80;
- O desenvolvimento da World Wide Web (WWW), no final dos anos 80;
- A Internet pública de alta velocidade, em 1995.

Esta nova vivência a que estamos sujeitos acarreta perigos (actividades criminosas altamente sofisticadas na Internet - o cibercrime) mas também inúmeras vantagens (produção de novos conhecimentos e de dispositivos de processamento, tratamento, armazenamento e comunicação da informação). A nova realidade em que vivemos deve-se em grande parte às descobertas científicas e às novas aquisições tecnológicas, que alteraram por completo a nossa vida e a das nossas instituições. Novas funções podem ser realizadas a partir de casa, tais como o trabalho, as compras, a assistência à saúde, o entretenimento, a educação, o acesso a serviços públicos, etc. Surgem novas formas de relacionamento resultantes da possibilidade de, à distância, podermos conversar em tempo real com outra pessoa e ver a sua imagem. O dinheiro electrónico cada vez mais substitui o papel-moeda. A moeda deixa de ter existência física, existindo como informação digital, na nova economia global. Os bancos, as empresas, os gestores de fundos e os investidores podem, a título pessoal, transferir grandes somas de capitais, bastando para isso carregar num botão e alterar a economia de um país ou de uma região.

Actividades

1. Que transformações tecnológicas considera mais importantes no fenómeno da globalização?
2. Compare o seu mundo com o mundo dos seus avós, em termos tecnológicos.
3. Estarão as novas tecnologias da comunicação e da informação para o nosso tempo, como a máquina a vapor esteve para a primeira Revolução Industrial?
4. Porque podemos afirmar que a nossa vivência do tempo e do espaço se transformou?

Globalização e aspectos socioculturais

Embora os aspectos económicos, financeiros e ideológicos predominem na interdependência cada vez mais generalizada dos povos e países, os aspectos socioculturais da globalização transformaram a face do mundo. Basta pensar na universalização e acesso ao conhecimento, como se transformou o nosso modo de vida através do acesso a outros modos de ser e de estar, a consciencialização das questões locais, regionais, nacionais ou mundiais que são problema comum da humanidade.

Actividades

1. Faça uma lista de hábitos e gostos pessoais contemporâneos que possa atribuir à globalização.
2. Procure no texto 2 exemplos de globalização.
3. Na sua opinião, que consequências podem resultar de todas estas transformações?

3.3. PERSPECTIVAS SOBRE O SENTIDO DA GLOBALIZAÇÃO

Globalização: Uma transformação multidimensional

Texto 2

A poucas semanas da Cimeira Mundial da Alimentação das Nações Unidas [organizada pela FAO], que irá decorrer em Roma, e que pretende encontrar fórmulas para erradicar a fome do planeta, há quem pense noutros aspectos da coisa: a uniformização do que comemos. Aliás, há quem diga que a revolução alimentar está aí e chama-se world food. Ou se preferir está em marcha uma macdonalização do planeta que equivale à mundialização da produção (as matérias primas são transformadas, acondicionadas e distribuídas da mesma forma pelos cinco continentes), dos comportamentos (os terráqueos comem as mesmas coisas, da mesma maneira) e do gosto (há uma uniformização das papilas gustativas, o que

poderá acabar com os gastrónomos). Complicado? A última revista L'Express explica. Come-se pizza em Calcutá e bebe-se Coca-Cola na Guiné e, no Ocidente, cada vez é mais a hora da apropriação das tradições alimentares dos outros países. A UExpress escreve que já existem, pelo menos, oito comidas e bebidas universais: o saudável sushi (os nipónicos frutos do mar em estado cru), os couscous (a sêmola cozinhada vinda do Norte de África), os patês (trazidos da China por Marco Pólo), o hambúrguer (cujas primeiras cadeias de fast food aparecem nos EUA nos anos 20), a Coca-Cola (a soda "medicinal" que se tornou um símbolo do século XXI), a pizza (o napolitano disco de massa com tomate que os EUA tornaram famoso), o chili com carne (o feijão picante da América latina que os jovens exportaram pelo mundo) e o café (a bebida dos homens de oração da Arábia do Sul). Sobrarão, no futuro, os pezinhos de coentrada?

Jornal *Público*

Texto 3

Creio no Capital, que governa a matéria e o espírito. Creio no juro, seu filho legítimo, e no Crédito, o Espírito Santo, que procede dele e é adorado conjuntamente. Creio no ouro e na prata... que por serem demasiado pesados, depois de terem circulado por toda a Terra, desceram às caves do Banco para ressuscitar em forma de Papel-Moeda. Creio no Rendimento a cinco por cento, a quatro e a três, e na Cotação autêntica dos valores. Creio no Grande Livro da Dívida Pública, que põe o Capital a coberto dos crimes do comércio, da indústria e da usura. Creio na Propriedade Privada, fruto do trabalho dos outros, e na sua duração até ao fim dos séculos. Creio na necessidade da miséria, provedora de assalariados e mãe do excesso de trabalho. Creio na eternidade do Salário, que livra o trabalhador das inquietações da propriedade. Creio no prolongamento da jornada de trabalho e na Redução dos Salários, como também na falsificação dos produtos. Creio no dogma sagrado de Comprar Barato e Vender Caro, e também creio nos princípios eternos da nossa santíssima Igreja, a Economia Política Oficial.

Texto 4

A globalização é a palavra-chave da transformação estrutural que está a sofrer o nosso mundo. A sofrer é o termo adequado, reconhecendo muito embora o extraordinário desenvolvimento tecnológico e económico que estamos a viver nas sociedades desenvolvidas, porque o processo de mudança se apresenta para a maioria das pessoas como alheio, incontrolável e inevitável. Daí que tenham surgido fortes reacções defensivas e movimentos críticos contra o processo de globalização. E uma das críticas refere-se ao desenvolvimento unidimensional da globalização à volta de interesses económicos e capitalistas. Mas, na realidade, a transformação que estamos a viver é multidimensional. E com a globalização da tecnologia e da economia, coloca-se com força crescente a globalização da política e da cultura. A partir de cima, mediante a conexão entre os Estados e a expansão planetária dos meios de comunicação. A partir de baixo, mediante a emergência de vozes críticas e movimentos sociais, que reclamam o controlo social da globalização económica, assim como a globalização dos direitos humanos e exigem a afirmação política do seu respeito universal. Para além da globalização em sentido estrito, assistimos também à globalização da ciência, da tecnologia e da informação; a globalização da comunicação, tanto nos meios de comunicação de massa e multimédia, como nas novas formas de comunicação através da Internet; numa dimensão mais sinistra, a globalização do crime organizado tende

A globalização trouxe inúmeras vantagens ao Homem e alterou profundamente o nosso modo de viver. O aparente sucesso do sistema livre do comércio internacional, a movimentação rápida de capitais e a especulação financeira têm consequências. As grandes multinacionais deslocalizam as suas empresas para os países onde a mão-de-obra é muito mais barata e os trabalhadores não têm condições dignas de trabalho, gerando o desemprego nos países onde estavam localizadas, na mira de obter lucros muito superiores. Eis o elogio irónico da perspectiva economicista:

A globalização económica e capitalista parece não ser acompanhada por uma globalização dos direitos humanos e da melhoria das condições de vida de todos os povos. O mundo tornou-se num enorme mercado, e os homens são vistos ou como meios ou como consumidores. A globalização económica provocou graves desigualdades nas sociedades e entre países.

Como resposta, têm surgido várias organizações não governamentais que realizam encontros e manifestações a nível mundial, consolidando a pouco e pouco um grande movimento crítico da globalização. As posições sobre a defesa e a rejeição da globalização acentuam-se. De um lado, a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o G8, que regulam a economia a nível global; do outro lado, o Fórum Social Mundial, a Acção Global dos Povos Contra o Livre Comércio e a Organização Não Governamental, Globalização Social e Política, Globalizar os Direitos Humanos, que contestam o predomínio dos interesses económicos e financeiros e o esquecimento da cidadania e dos direitos sociais e humanos. Para uns, a globalização é um passo no progresso da melhoria das nossas condições de vida, uma etapa irreversível. Para outros, é apenas o triunfo de um modelo político e económico dominante que quer impor o seu modo de viver e transformar o mundo num mercado dos seus produtos e especulações financeiras.

Actividades

1. Podemos apontar aspectos negativos à globalização? Indique alguns que conheça no seu país.
2. Há, pelo menos, duas posições antagónicas sobre a globalização. O que defendem?
3. Esclareça o sentido da afirmação "a transformação que estamos a viver é multidimensional".

Por um outro modelo de globalização

A globalização permite que a consciência, o debate e a acção face aos problemas que o Homem enfrenta se tornem universais, gerando movimentos à escala mundial para os combater, sejam eles a doença, a fome, a guerra, os desequilíbrios ecológicos, ou os problemas éticos que o desenvolvimento científico coloca. Os meios de comunicação permitem alertar para problemas que de outro modo seriam ocultados ou que demoraria a serem conhecidos. **Os textos que se seguem chamam-nos a atenção para a necessidade de adquirirmos consciência crítica sobre a globalização, incitando-nos ao debate e convidando-nos à acção.**

- **Por uma outra ideia de globalização**

O Fórum Social Mundial será (é) um lugar de trocas e de debates sobre as grandes opções económicas, sociais e culturais, científicas, tecnológicas e políticas com as quais a humanidade está confrontada, mas poroposição a Davos (Fórum Económico Mundial), esses desafios serão abordados segundo uma perspectiva cívica, ou seja, do ponto de vista dos cidadãos, não dos senhores das finanças. Os intelectuais e criadores convidados não estarão lá como peças decorativas, o que «mexe» numcontrapoder planetário em emergência. Quanto aos ministros e governantes habituais de Davos, eles terão ocasião, se o quiserem, de constatar que existem outros actores da vida pública internacional... São iniciativas destas que mostram modestamente que um outro mundo é possível.

J. Ignacio Ramonet, Davos? Não, Porto Alegre

- **O modelo actual de globalização e um novo modelo a conquistar**

A OMC (Organização Mundial do Comércio) transformou-se, desde 1995, numa instituição dotada de poderes supranacionais e situada fora de qualquer controlo por parte das democracias parlamentares. Quando se propõe intervir, a OMC pode declarar as legislações nacionais, em matéria de direito laboral, de meio ambiente ou de saúde, contrárias à liberdade de comércio, e pedir a sua derrogação. Por outro lado, desde Maio de 1995, no seio da OCDE, à margem da opinião pública dos diferentes países, negoceia-se o muito importante Acordo

Multilateral Sobre o Investimento (AMI), que deverá (foi) ser assinado em 1998, e que se orienta a dar plenos poderes aos investidores frente aos governos. O desarme do poder financeiro deve converter-se num objectivo de interesse cívico de primeira grandeza, se se quer evitar que o mundo do próximo século se transforme num jugo onde os predadores impõem a sua lei.

J. Ignacio Ramonet, Le Monde Diplomatic

- **Uma Outra globalização a propósito dos Direitos do Homem**

O Ocidente sucumbiu persistentemente não só à tentação de dominar o mundo mas também à de o configurar à sua imagem e semelhança. Deste modo, de forma directa ou indirecta, os nossos belos ideais revolucionários apenas ocultavam o genocídio cultural...Pretender universalizar os direitos, os direitos humanos com a sua roupagem legal aos países africanos e asiáticos, significa, pelo menos, passar por alto a exigência de diferenciação que faz o contrapeso à universalidade, mas que lhe confere autenticidade.O universalismo dos direitos humanos que propomos não é um universalismo liberal-ocidental, que se trata de exportar para todos os povos e culturas, mas um universalismo que se trata de constituir, a partir da discussão e da reelaboração da Declaração Universal, um universalismo auto-diferenciado com adaptações razoáveis e interculturalmente convenientes. O processo de universalização... necessita de um reajustamento nos valores que exprimem a dignidade humana para atender devidamente às exigências de diferenciação.... Universalismo não se opõe a diferencialismo mas a particularismo. Quando falo de universalidade e diferença, não me refiro ao universalismo...do capitalismo, que confunde universalismo com uniformidade e universalização com homogeneização, mas de um novo universalismo...em que se trata da realização de um valor-princípio (por exemplo,a liberdade) que se diferencia em várias direcções.

R. Carracedo, Cidadania, Nacionalismo e Direitos Humanos

Actividades

1. **Elabore um texto sobre os perigos e benefícios da globalização.**
2. **Será possível um outro modelo de globalização alternativo ao que actualmente se impõe ao mundo?**
3. **Que obstáculos se opõem à concretização desse modelo novo de globalização?**

3.4. UM DESAFIO GLOBAL: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Problemas ambientais à escala global/ Principais causas dos problemas ambientais

Hoje em dia, o número de habitantes do planeta ultrapassa os seis mil milhões, havendo uma exploração de recursos do planeta maior do que a capacidade de produção dos mesmos, de forma a garantir a sustentabilidade. De facto, a exploração dos recursos é muito superior à sua reposição natural, daí o desequilíbrio evidente, aumentado pelo acentuado crescimento demográfico e pelo desenvolvimento tecnológico, associados a modos de vida que provocam a destruição da Terra.

Segundo alguns estudos estatísticos, até ao ano de 2050, a população mundial irá aumentar 50%, prevendo-se que todo este crescimento se verifique nos países em desenvolvimento, o que irá causar uma grande pressão nos recursos naturais, na biodiversidade e no equilíbrio biológico do planeta. A pressão do ser

humano sobre o ambiente natural causa graves impactes ambientais na biosfera (espaço ocupado por todos os seres vivos, animais e vegetais, que vivem na Terra), sendo mais evidente a sua acção na :

- Sobreexploração dos recursos naturais, que tem levado à sua diminuição e mesmo extinção;
- Poluição da litosfera, hidrosfera e atmosfera, através da produção de resíduos (sólidos, líquidos e gasosos). De acordo com os dados apresentados pelo Banco Mundial, em 2010 haverá cerca de 816 milhões de veículos a motor no planeta;
- Desorganização na ocupação do solo, que conduz a alterações na paisagem natural. As desigualdades económicas e sociais existentes entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento estão igualmente na origem dos problemas ambientais. Os contrastes entre o Norte e o Sul são cada vez mais acentuados:
- O Norte desenvolvido é o grande poluidor, tendo já destruído grande parte dos seus recursos;
- O Sul possui grandes riquezas naturais, exploradas pelos países do Norte.

A pobreza pode ser encarada como uma causa de degradação ambiental, pois está associada à falta de sistemas de recolha e tratamento de lixo, assim como à necessidade de explorar mais intensivamente os recursos naturais. As alterações que O Homem provoca no meio ambiente são mais evidentes ao nível da destruição das florestas, do desaparecimento de espécies animais e vegetais, da poluição atmosférica, da degradação e má gestão dos recursos hídricos, do desencadeamento de processos de desertificação e aquecimento global.

Actividades

1. Que relação é possível estabelecer entre o crescimento demográfico e a sobreexploração dos recursos?
2. Apresente três exemplos de impactes ambientais causados pela pressão do ser humano sobre o ambiente natural.
3. De que forma as desigualdades entre os países do Norte e do Sul acentuam os problemas ambientais?

Problemas ambientais e alterações climáticas

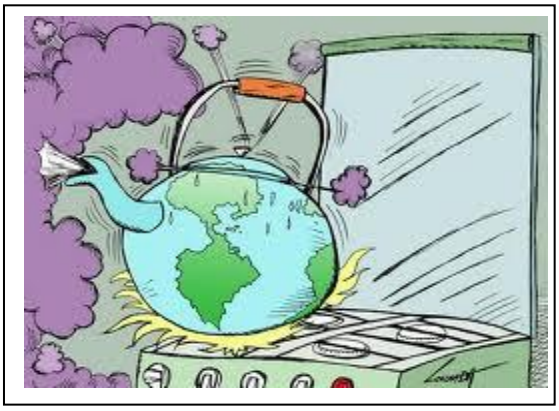
A atmosfera constitui uma enorme massa gasosa que envolve a Terra, protegendo-a dos raios solares e dos meteoritos. Por outro lado, através de processos de absorção, reflexão e difusão da energia do Sol, apenas uma parte da radiação solar atinge a troposfera (camada que contacta com a superfície terrestre e tem cerca

de12 km de altitude), garantindo assim o equilíbrio térmico do planeta. Esta camada gasosa é constituída por uma mistura de gases, destacando-se o vapor de água, o ozono e o dióxido de carbono, os quais, apesar de existirem em pequenas quantidades, desempenham funções vitais para a existência de vida na Terra:

- O vapor de água é essencial para a existência de precipitação;
- A camada de ozono, presente na estratosfera, absorve grande parte das radiações ultravioletas;
- O dióxido de carbono é responsável pela absorção de parte das radiações solares, contribuindo, tal como o ozono, para a manutenção de temperaturas propícias à existência de seres vivos na superfície terrestre.

Deste modo, é possível concluir que a acção da atmosfera sobre a radiação solar é responsável pelo equilíbrio térmico do planeta, não só devido à reflexão e absorção, mas essencialmente devido ao efeito de estufa. Se a atmosfera não desempenhasse a sua função na moderação das temperaturas, o ambiente da Terra seria muito parecido com o da Lua, com temperaturas médias negativas, entre os- 1 8 ° C e o s - 2 0 °C.

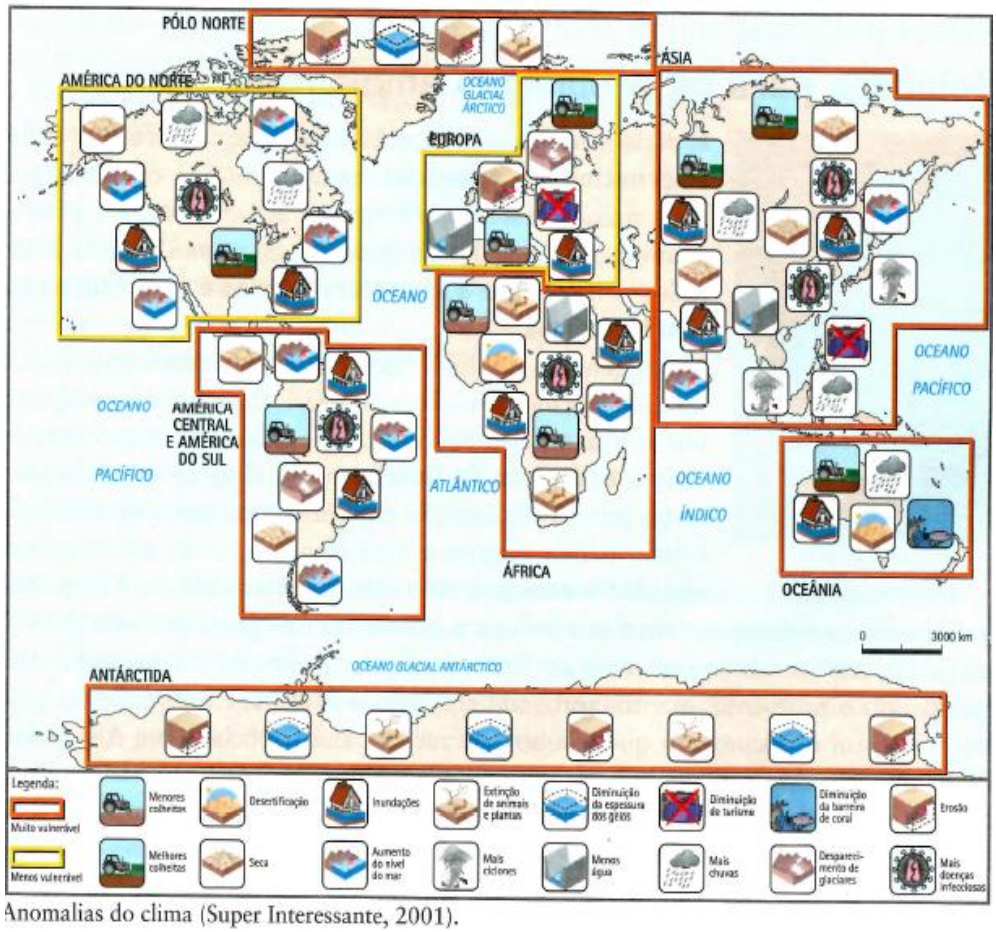
Quando a superfície terrestre absorve a radiação solar, converte-a em radiação infravermelha (energia calorífica), sendo esta emitida pela Terra (radiação terrestre). Parte da radiação terrestre é lançada para o espaço, enquanto que outra parte é absorvida pelos gases de efeito de estufa, sendo novamente reflectida para a superfície (contra-radiação). A este processo damos o nome de efeito de estufa, uma vez que permite a concentração de calor na baixa troposfera, criando as condições necessárias para a existência de vida na Terra. Hoje em dia, a atmosfera encontra-se ameaçada, estando impossibilitada de realizar correctamente a sua função na manutenção do equilíbrio térmico do planeta não só devido aos elevados níveis de poluição atmosférica, responsáveis pela libertação excessiva de dióxido de carbono e pela destruição do ozono, que estão na origem de dois grandes problemas ambientais: aumento do efeito de estufa e redução da camada de ozono. A concentração cada vez maior de gases de efeito de estufa na atmosfera origina um aumento da contra-radiação, provocando o acréscimo do efeito de estufa,ou seja, regista-se um aumento da temperatura média na superfície terrestre. Os principais gases responsáveis por este aumento s ã o o dióxido de carbono, ozono, metano, óxido de azoto e clorofluorcarbonetos (CFCs), cuja libertação tem origem em actividades como a queima de carvão, petróleo e gás natural, associada à produção de energia.



A redução da camada de ozono (entre os 20 e os 30 k m de altitude, na estratosfera) tem como principal origem a libertação de CFCs, os quais alcançam a estratosfera, formando componentes de cloro, responsáveis pela destruição do ozono. Na origem dos CFCs libertados está a utilização de sprays, aparelhos de ar condicionado, frigoríficos, solventes da indústria electrónica e produção de espumas industriais. Actualmente, podemos verificar que têm sido realizados esforços no sentido de diminuir a libertação destes gases, uma vez que muitos propulsores de aerossóis (como desodorizantes, lacas para o cabelo e bombas insecticidas), frigoríficos e aparelhos de ar condicionado vêm referenciados com uma etiqueta CFCs free. À medida que a camada de ozono diminui a sua espessura, aumentam os problemas para o ser humano:

- Aumento de casos de cancro de pele e cataratas nos olhos.
- Redução das defesas do sistema imunológico.
- Perigo de alterações genéticas no fitoplâncton.
- Perturbações respiratórias.

Na década de 80 descobriu-se uma redução muito significativa na espessura da camada de ozono sobre a Antárctida, sustentada em estudos que revelaram ser este gás mais vulnerável às baixas temperaturas. Esta camada tem vindo a reconstituir-se lentamente desde que a libertação de CFCs foi limitada, em 1987, através da assinatura do Protocolo de Montreal por 24 nações. A produção deste gás deveria ser totalmente eliminada, até 2010, por determinação da ONU.



Anomalias do clima (Super Interessante, 2001).

A redução desta camada está directamente relacionada com o aumento do efeito de estufa, pois permite a maior penetração da radiação solar até à superfície terrestre. Assim, podemos afirmar que a redução da camada de ozono e o aumento do efeito de estufa estão na origem de um aumento da temperatura média do planeta- aquecimento global. No decorrer do séc. X X verificou-se um sobreaquecimento médio da Terra entre 1 °C e 2 ° C , estando previsto que, no decorrer do séc. X X I , este valor possa atingir os 5 ° C. Uma das principais consequências do aquecimento global é o degelo dos glaciares e a consequente diminuição da calote polar, o que levará a uma subida do nível médio das águas do mar, provocando:

- submersão de áreas próximas do litoral, onde se localizam grandes focos de concentração humana;
- desaparecimento de muitos habitats/desequilíbrio nos ecossistemas;
- diminuição das reservas de água doce por contaminação com água salgada.

Deste modo, desaparecerão terrenos férteis para a prática agrícola, património natural e histórico e haverá uma intensificação dos movimentos migratórios.

Embora sempre se tenham registado alterações climáticas na Terra, actualmente estas são originadas pela acção humana, especialmente pelo aumento do efeito de estufa. Estas alterações verificam-se na distribuição das precipitações:

- aumento das inundações, devido a chuvas mais frequentes e mais intensas em algumas regiões;
- prolongamento dos períodos de seca em determinadas áreas;
- maior ocorrência de situações meteorológicas extremas, tais como tempestades e furacões

Actividades

1. Justifique a importância da atmosfera para a existência de vida na Terra.
2. De que modo o efeito de estufa é essencial para o equilíbrio térmico do nosso planeta?
3. Apresente as principais causas e consequências da redução da camada de ozono.
4. Relacione a redução da camada de ozono com o aumento do efeito de estufa.
5. Quais são as principais alterações climáticas causadas pelos problemas ambientais?

Soluções para os problemas ambientais

É cada vez maior a consciência de que a cooperação internacional é essencial, quer na análise das situações mais preocupantes, quer na procura de soluções para a resolução de problemas que são da responsabilidade de todos, uma vez que a atmosfera, os rios e os oceanos não têm fronteiras. Na origem da resolução dos problemas ambientais está a diminuição da poluição atmosférica, através do respeito por normas definidas internacionalmente, como sucede com o **Protocolo de Quioto**, no qual estão estabelecidas metas para a diminuição da emissão de gases de efeito de estufa, o que originará uma diminuição do aquecimento global.

De acordo com o referido protocolo, os 150 países que o assinaram comprometem-se a reduzir a emissão destes gases em cerca de 5% até 2010, relativamente aos níveis de 1990. Os EUA, o Canadá e a Austrália não ratificaram o protocolo, que foi aprovado em Haia, em 2001. Contudo, estes países assinaram o documento que resultou da recente Conferência sobre Alterações Climáticas que decorreu em Bali, na Indonésia, em Dezembro de 2007. Os países envolvidos devem reformar os sectores da energia e transportes, fomentar o uso das energias renováveis, gerir as emissões de metano e proteger as florestas.

Assim, é determinante instalar filtros para retenção de fumos e cinzas nas fábricas e centrais termoeléctricas, tal como adaptar os automóveis de forma a diminuir as emissões de gases através da adaptação de tecnologias alternativas, como, por exemplo. Utilizar combustíveis menos poluentes.

Durante muito tempo, a facilidade do acesso aos combustíveis fósseis não nos levou a ponderar opções alternativas, como as energias renováveis. Por isso mesmo, continuamos muito dependentes das fontes de energia tradicionais, o que se reflecte na nossa saúde e na "saúde" do nosso planeta.

A aposta nas energias renováveis, como a eólica, solar, geotérmica e hídrica, é um passo importante na produção e consumo de energia não poluente, não só a nível doméstico, mas também em áreas como a indústria e os transportes. Para tal, será necessário adaptar aparelhos e encontrar formas mais eficientes de armazenamento, de modo a viabilizar a sua utilização, do ponto de vista económico.

Cada um de nós tem um papel determinante na procura de soluções para os problemas ambientais, nomeadamente através de mudanças nos padrões de consumo, como, por exemplo, diminuir o consumo de produtos desnecessários e consumir de forma diferente e mais eficaz - Consumo sustentável.

Este procura atenuar os desequilíbrios, sociais e ambientais, através de um comportamento mais responsável por parte de cada habitante do planeta. O seu objectivo é garantir que a comunidade global veja satisfeitas as suas necessidades básicas, diminuindo o consumo e evitando, assim, problemas de ordem ambiental.

A **UNESCO** (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e o **PNUMA DTIE** (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Divisão de Tecnologia, indústria e Economia) são duas agências das Nações Unidas que pretendem consciencializar os jovens para a necessidade de aderir a estilos de vida mais sustentáveis, procurando mantê-los, e responsabilizando-os por iniciar mudanças no seu dia-a-dia:

- Utilizar transportes públicos;
- Poupar energia em casa;
- Separar os resíduos;
- Poupar água;
- Comprar embalagens recicláveis;
- Comprar produtos sem CFCs.

Para evitar o esgotamento de recursos materiais, há que reutilizar bens e apostar na reciclagem de materiais, pois isso ajudará a minimizar muitos danos ambientais, conservar energia e reduzir os níveis de poluição. Em média, por cada tonelada de papel reciclado são poupadas 17 árvores e 21 000 litros de água, enquanto a poluição do ar é reduzida em 30 kg.

Neste contexto, destaca-se a importância da educação ambiental, enquanto meio de promover uma consciência crítica em cada cidadão, pondo em prática a máxima **"Pensar Globalmente, Agir Localmente".**

Actividades

1. Qual a importância do Protocolo de Quioto na resolução dos problemas ambientais?
2. Em que consiste o consumo sustentável?
3. Que alterações pode cada pessoa realizar no seu quotidiano, de modo a ter um estilo de vida mais sustentável?

3.5. CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Crescimento económico e desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento é difícil de definir e de precisar. No entanto, utilizamo-lo com grande frequência no nosso discurso quotidiano**. Muitas vezes confundimos desenvolvimento com crescimento económico.** Actualmente, o **crescimento económico** é cada vez mais um processo mundial, que tem por

base as múltiplas relações de interdependência entre os países, principalmente a nível económico. Este crescimento depende directamente de factores como a dinâmica económica, comercial e tecnológica de cada país, causa das fortes **assimetrias que podemos encontrar entre os diferentes países.**

O **crescimento económico** aparece associado à acumulação de riqueza económica, daí ter como principais indicadores o **PIB** (Produto Interno Bruto) e o **PNB** (Produto Nacional Bruto) repartidos pelo número de habitantes. Quando a riqueza acumulada é aplicada numa melhoria da qualidade de vida das populações, deixando de ter preocupações meramente económicas, podemos falar de desenvolvimento.
O desenvolvimento pressupõe o alargamento a preocupações de âmbito social e cultural, com melhorias na educação e formação, condições de habitação, emprego, garantias sociais e acesso a cuidados de saúde, ou seja, no bem-estar das populações. Assim, o desenvolvimento implica uma distribuição justa e equitativa do rendimento produzido entre todos os que compõem a sociedade.
Procura ainda encontrar o equilíbrio entre o respeito pelo meio ambiente e o crescimento económico, de forma a atender as necessidades actuais sem comprometer as exigências das gerações vindouras.

No entanto, em muitos países, como, por exemplo, os países árabes que produzem petróleo, registam-se elevados índices de crescimento económico, mas a riqueza não é aplicada na melhoria das condições de vida da população, logo, há crescimento económico mas não há desenvolvimento.

Para haver desenvolvimento, é necessário que as necessidades primárias da população estejam satisfeitas, como a alimentação, a saúde e a educação, não esquecendo a realização pessoal, a segurança, a igualdade de oportunidades entre os sexos e o respeito pela liberdade individual. Nos países em desenvolvimento, estas necessidades ainda não foram alcançadas, enquanto que, nos países desenvolvidos, a maioria da população se preocupa, em especial, com as necessidades secundárias, uma vez que as primárias já estão satisfeitas. Um dos principais problemas que os processos de desenvolvimento enfrentam é a questão da degradação ambiental, pois as garantias de preservação dos habitats e do meio ambiente para as gerações futuras estão, neste momento, gravemente comprometidas. O termo ''desenvolvimento sustentável" foi inicialmente utilizado no Relatório Brundtland, 1987, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU), também conhecido como "O nosso futuro comum", e destacava a importância de encaminhar o crescimento económico no sentido da protecção ambiental e da equidade social.

Actividades

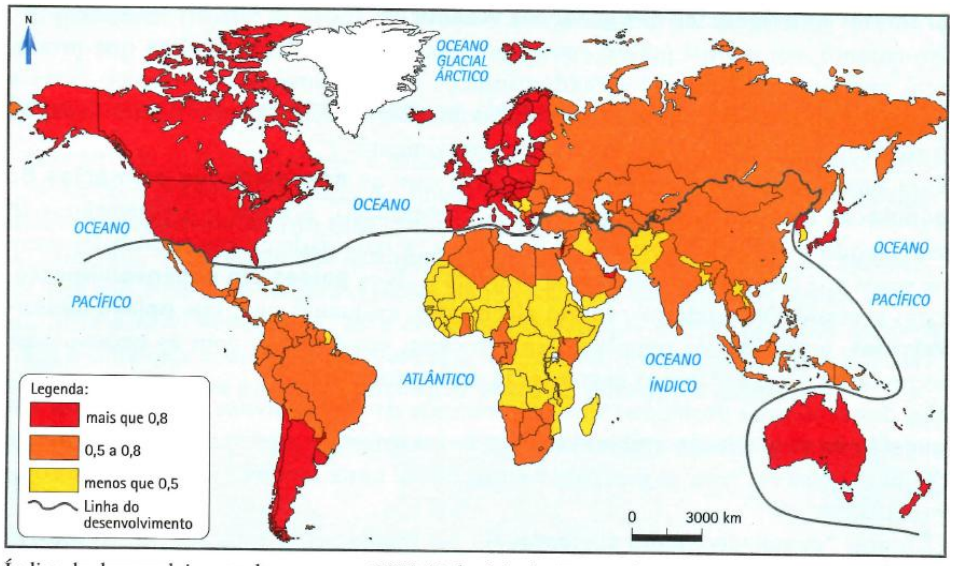
1. Quais os principais indicadores de crescimento económico?
2. Dê um exemplo de não aplicação do crescimento económico para atingir o desenvolvimento.
3. Justifique a frase: "O crescimento económico é um meio para atingir o desenvolvimento."

Indicadores de desenvolvimento

Para medir o nível de desenvolvimento dos países, foi criado o índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que resulta da combinação de três indicadores:

- Produto interno bruto;
- Esperança média de vida;
- Taxa de alfabetização.

O índice varia entre O e 1, sendo considerado elevado quando é igual ou superior a 0,8, médio, quando varia entre 0,79 e 0,5 e reduzido, quando é inferior a 0,5.



Índice de desenvolvimento humano em 2000 (Relatório do Desenvolvimento Humano, 2002).

A análise dos valores de IDH permite-nos concluir que existem grandes assimetrias entre os chamados países ricos, do Norte, e os pobres, do Sul. De facto, o desenvolvimento apresenta-se muito desequilibrado, assim como as expectativas de cada um. Por exemplo, para um habitante de um país em desenvolvimento, a qualidade de vida pode ser sinónimo de preocupações a nível da alimentação, saúde, habitação ou educação, enquanto que, para um habitante de um país desenvolvido, a qualidade de vida representa preocupações com a formação profissional, a assistência social, o consumo e o lazer.

De um modo geral, para analisarmos as diferenças de desenvolvimento a nível mundial, também utilizamos **indicadores socioeconómicos**, como, por exemplo, o acesso a saneamento básico e habitação, a água potável, cuidados de saúde, taxa de analfabetismo, número de habitantes por médico ou a satisfação das necessidades alimentares; **indicadores de emprego**, como a estrutura da população activa, o trabalho infantil e a taxa de desemprego; **indicadores de consumo, culturais/lazer e de ambiente**.

Actividades

1. Quais os indicadores que compõem o índice de Desenvolvimento Humano?
2. Qual o nível de desenvolvimento em que está inserido São Tomé e Príncipe?
3. Refira três tipos de indicadores importantes para aferir o nível de desenvolvimento de um país.

3.6. PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO À ESCALA GLOBAL

As causas do subdesenvolvimento

Existem várias causas do subdesenvolvimento dos países, estando normalmente ligadas a factores históricos, como o colonialismo, e a factores de ordem natural, como climas adversos associados a temperaturas elevadas e longos períodos de seca.

No entanto, é possível apontar vários outros factores que estão na origem das dificuldades de desenvolvimento:

- **o grande crescimento demográfico**, originado por uma diminuição gradual das taxas de mortalidade e manutenção de taxas de natalidade elevadas, o que conduz a altos valores de crescimento natural, logo, a uma explosão demográfica. Deste modo, aumenta a pressão sobre os recursos, levando a uma grande intensidade no cultivo da terra e, consequentemente, ao esgotamento e erosão dos solos. O grande número de jovens exige ainda condições de saúde, educação e alimentação, a que os governos não conseguem responder;
- **a falta de formação profissional** e os baixos níveis de escolaridade que impossibilitam a instalação de empresas de investimento estrangeiro , principalmente nos sectores secundário e terciário;
- **a agricultura tradicional** não consegue garantir a subsistência de uma população crescente, gerando situações de fome extrema subnutrição, que conduzem, em muitos casos, à morte;
- **uma balança comercial deficitária**, já que as exportações consistem essencialmente em produtos agrícolas e minerais, pouco valorizados no mercado internacional. Para tal, estes países em desenvolvimento acabam por contrair dívidas externas com países desenvolvidos, bancos ou organismos internacionais (Fundo Monetário internacional ou Banco Mundial), as quais se vão acumulando e tornando cada vez mais avultadas devido aos elevados juros;
- **os conflitos armados**, geradores de grande instabilidade social nestes países, impedem o crescimento económico, destruindo explorações agrícolas, escolas e aldeias e agravando os custos com cuidados de saúde;
- **a discriminação** com base na diferença de sexo e de raça;
- **o êxodo rural**, motivado pelas más condições de vida nos meios rurais. As populações dirigem-se em massa para as grandes cidades, especialmente para a capital, originando assim cidades superlotadas onde os problemas se acumulam, sendo inexistente a garantia de necessidades básicas como o saneamento básico, habitações, alimentação ou hospitais.

Muitas das causas da pobreza são igualmente as suas consequências, fazendo com que a pobreza de uma geração seja a causa da pobreza das gerações seguintes, alimentando assim, o **ciclo da pobreza**. A pobreza origina disseminação de doenças, uma vez que a subnutrição está associada a uma fraca resistência do organismo. Por outro lado, a subnutrição está relacionada com a apatia e uma pequena capacidade de aprendizagem, logo, há pouca iniciativa e capacidade de trabalho, conduzindo, de modo natural, a situações de pobreza.

Actividades

1. Dê exemplo de factores históricos e naturais que estejam na origem do subdesenvolvimento de muitos países.
2. Estabeleça a relação entre a explosão demográfica e a subnutrição.
3. Em que consiste o ciclo da pobreza?

Assimetrias de desenvolvimento no mundo

Ao analisarmos as diferentes dimensões da qualidade de vida no Mundo, percebemos facilmente que os contrastes são evidentes, quer ao nível do bem-estar (integração social/realização pessoal, segurança), quer do nível de vida (rendimento e poder de compra).

Relativamente à saúde, é possível afirmar que se têm verificado melhorias, devido a avanços na ciência e campanhas de vacinação. No entanto, nos países em desenvolvimento, a subnutrição, a falta de água potável e de condições de higiene favorecem a transmissão de doenças, mantendo baixos valores de esperança média de vida. Nos países desenvolvidos, a esperança média de vida apresenta valores superiores a 70 anos, enquanto nos países em desenvolvimento não chega aos 60 anos.

Destaca-se também a elevada mortalidade por SIDA - Síndrome de Imunodeficiência Adquirida- nos países da África Subsariana, onde a percentagem de contaminados é muito elevada.

A percentagem do Produto Nacional Bruto que é investida na área da saúde, nos países menos desenvolvidos, é ainda muito pequena.

Esta situação é agravada pela explosão demográfica, pois o número de hospitais e profissionais desta área não acompanha o crescente número de habitantes, e pela insuficiência de capitais que tornem possível a realização de investimentos, quer em infra-estruturas, quer na formação qualificada.

A alimentação é uma área onde se verificam contrastes acentuados, uma vez que à subnutrição dos países em desenvolvimento se opõe a sobrenutrição dos países desenvolvidos. A situação de carência alimentar é a base do ciclo da pobreza, pois debilita intelectualmente a população, limitando o nível de aprendizagem e iniciativa.

Em 2002, na Cimeira da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) realizada em Roma, foram apresentados valores sobre a fome no mundo, segundo os quais mais de 800 milhões de pessoas são vítimas de fome, sendo a maioria residente na África Subsariana e no sul da Ásia. Por isso, um dos principais objectivos estabelecidos nesta Cimeira foi o de reduzir para metade este número.

Em todo o mundo, o consumo de água está a aumentar, prevendo-se que a sua disponibilidade se venha a tornar um dos problemas mais sérios nos próximos anos. Cerca de 2 milhões de habitantes do planeta não têm acesso a água potável e mais de 4 mil milhões não têm água canalizada em casa. Em contrapartida, numa casa urbana com 4 a 6 residentes, num país desenvolvido, utilizam-se cerca de 640 litros de água por dia.

Na educação, as desigualdades também são evidentes, mostrando que este direito não é garantido em todos os países. Enquanto que nos países desenvolvidos a escolaridade básica é obrigatória e as taxas de analfabetismo são pequenas, nos países em desenvolvimento as taxas de frequência do ensino básico são muito baixas, resultado da falta de estabelecimentos de ensino, de professores com formação adequada e de todo o material de apoio (lápis, cadernos, livros). O trabalho infantil é uma realidade que se sobrepõe à escolarização: segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 250 milhões de crianças, entre os 5 os 14 anos de idade, estão envolvidas em actividades económicas nos países em desenvolvimento. Só no continente africano, este número aumenta em 1 milhão todos os anos, prevendo-se que alcance os 100 milhões no ano de 2015.

Em alguns países em desenvolvimento, existem desigualdades marcantes entre os sexos, ou seja, as mulheres não têm acesso à educação formal, nas escolas, facto que se reflecte directamente no desenvolvimento do país, pois a sua escolarização é essencial para a promoção da educação dos seus filhos e para o controlo de um crescimento demográfico explosivo.

As desigualdades de desenvolvimento são avaliadas no Relatório de Desenvolvimento Humano, da responsabilidade do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Anualmente, desde 1990, os Relatórios de Desenvolvimento Humano reúnem dados estatísticos e informações sobre um assunto. O seu objectivo é avaliar o estado de desenvolvimento humano no mundo, tendo por base o estudo de um tema específico, colocando ênfase no bem-estar da população e não apenas nos indicadores económicos.

Actividades

1. Que factores são responsáveis pela baixa esperança média de vida nos países em desenvolvimento?
2. De que forma a subnutrição constitui um entrave ao desenvolvimento?
3. Qual a importância de um país apostar na educação para conseguir atingir o desenvolvimento?
4. Em que consistem os Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD?

Soluções para atenuar os desequilíbrios de desenvolvimento

As desigualdades existentes no mundo exigem medidas de combate aos problemas mais prementes como a pobreza, a subnutrição, o analfabetismo ou as carências sanitárias. Estas medidas são difíceis de implementar e têm contado, na maioria dos casos, com o apoio de organizações de cooperação e ajuda ao desenvolvimento, dos países desenvolvidos. Actualmente, para além do envio de remessas de dinheiro, produtos alimentares ou instalação de hospitais de campanha, estas organizações têm apostado em implementar medidas como:

- Acções na área da alfabetização;
- Melhoria nos cuidados de saúde (campanhas de vacinação, acções de esclarecimento sobre a propagação do vírus da SIDA);
- Implementação de políticas com o objectivo de diminuir a natalidade, ensinando formas de realizar a contracepção e o planeamento familiar;
- Formação dos agricultores, de modo a aumentar a produtividade e o rendimento agrícolas, evitando o êxodo rural;
- Intervenção na resolução de conflitos armados internos.

Os países desenvolvidos mantêm acções de cooperação internacional e solidariedade, que se traduzem em diferentes tipos de ajuda ou de investimento, gerando emprego e desenvolvimento tecnológico, factores essenciais para a melhoria da qualidade de vida da população.
As ONG (organizações não governamentais sem fins lucrativos), como a AMI (Assistência Médica Internacional) e a Cruz Vermelha, são as principais responsáveis pela ajuda humanitária, fornecendo cuidados médicos, alimentos e medicamentos, tendo por base um trabalho de voluntariado.

Actividades

1. Indique três medidas impulsionadoras do desenvolvimento.
2. Qual o papel das ONG na diminuição das desigualdades de qualidade de vida a nível global?
3. Apresente exemplos de ONG responsáveis por acções de ajuda humanitária.

4. O PAPEL DA ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

4.1. A EMERGÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Conceito de Organização Internacional

As Organizações Internacionais têm de ser compreendidas no contexto da sociedade internacional. Durante muito tempo, foi o Estado o primeiro e único actor das relações internacionais. Mais recentemente, os Estados, associando-se de modo duradouro em instituições particulares, criaram as Organizações Internacionais Governamentais, que foram ganhando autonomia à medida que os Estados perderam soberania.

> **"Uma Organização Internacional pode definir-se como uma associação voluntária de estados, constituída por um tratado internacional e que se concretiza numa entidade de carácter estável, dotada de personalidade jurídica, de um ordenamento jurídico próprio e de órgãos próprios através dos quais prossegue fins comuns aos seus membros, mediante a realização de certas funções e o exercício dos poderes necessários que, no respectivo pacto constitutivo, lhe tenham sido conferidos."**
>
> João Mota de Campos (coord.), Organizações Internacionais

A partir da leitura do texto, é possível concluir que as Organizações Internacionais:
- São associações de natureza intergovernamental;
- Resultam da expressão da vontade dos Estados que as constituem em delas fazem parte;
- São associações de Estados, instituídas por um tratado;
- Possuem órgãos próprios permanentes e prosseguem objectivos comuns;
- Têm personalidade jurídica, isto é, são titulares de direitos e deveres na ordem internacional;
- Possuem alguma autonomia, uma vez que os seus actos não se confundem com os dos seus membros.

Uma Organização Internacional não é, pois, um Estado ou Estados, uma vez que a existência deste ou destes está subordinada a três condições: um território ou área geográfica sobre o qual se exerce uma autoridade soberana e própria das autoridades do Estado que lhe aplicam um direito interno específico; uma população, que é a comunidade humana que vive nesse território; um governo detentor de poder político.
A associação dos Estados em Organizações Internacionais facilita a concretização de objectivos comuns, quer seja no domínio social e político, quer nos domínios económico ou de defesa. As Organizações Internacionais ilustram a cooperação entre os Estados para a resolução de problemas que podem ser locais ou regionais, mas que têm um efeito global.

Actividades

1. Enumere as características de uma Organização Internacional.
2.Que razões determinam que uma Organização Internacional não seja um Estado?

A evolução histórica

Após a Idade Média, as relações internacionais transformaram-se, emergindo, de modo lento, a necessidade de ordenar e de pacificar as relações entre Estados.Com a finalidade de ordenar a sua coexistência, os Estados criaram o direito regulador das suas relações, na base do princípio da soberania e da igualdade jurídica reconhecido por cada um deles. Num mundo cada vez mais marcado pelo desenvolvimento das técnicas e pelas mudanças internacionais, as Organizações Internacionais, depois do séc. XIX, apresentam-se como um ponto de contacto, local de encontro que permite aos Estados, superarem a simples coexistência para melhor participarem nos frutos do progresso, preservando a paz, no contexto de fóruns permanentes. De facto, novos mecanismos jurídicos foram inaugurados com a Acta do Congresso de Viena (1815), que consagra a aliança entre a Prússia, a Rússia e a Áustria (Santa Aliança) contra as ideias difundidas pela revolução francesa, em que são partilhados os territórios conquistados pela França nas guerras napoleónicas.
Ao invés de tratados bilaterais, surgiam agora tratados multilaterais, que se apresentavam com múltiplas vantagens para os Estados:

- A garantia do estatuto de um território;
- A regulamentação da navegação nas vias marítimas internacionais (Suez, Panamá);
- A regulamentação pacífica dos diferendos e a “humanização” da guerra.

Na sua generalidade, as Organizações Internacionais foram criadas após a II Guerra Mundial. Algumas remontam ao período entre as duas guerras mundiais, como é o caso da Sociedade das Nações – primeira instituição com pretensão universal de assegurar a segurança e a paz. Os conflitos que o mundo conheceu durante o séc. XX e as consequências dramáticas das duas guerras mundiais levaram a comunidade internacional a criar formas de resolução dialogada e negocial dos conflitos que opunham os povos. O cenário do pós II Guerra Mundial fez ressurgir, de um modo mais vincado, as preocupações humanitárias que levaram à criação de Organizações Internacionais que procuram responder a problemas e necessidades globais que se colocam aos Estados e, os quais, estes, de forma isolada, não conseguem ultrapassar. Num curto período de tempo, verificou-se uma verdadeira explosão de Organizações Internacionais nos mais variados domínios. Ainda assim, elas não parecem pôr em perigo o papel essencial do Estado no contexto internacional, a quem compete criá-las ou desfazê-las, e que permanece, em última instância, o único detentor do poderio militar.
O séc. XXI está em vias de passar de uma sociedade interestatal de natureza conflitual para uma sociedade internacional cada vez mais heterogénea e complexa, onde as Organizações Internacionais surgem como um novo actor essencial da interdependência e da comunidade de interesses. Ainda assim, parece Utópico considerar que a nova ordem internacional venha a ser realizada apenas pelas Organizações Internacionais.

Actividades

1. Que marcos significativos caracterizam o processo evolutivo das Organizações Internacionais?
2 .Que vantagens apresentam os tratados multilaterais sobre os tratados bilaterais?
3. Quando foram criadas as Organizações Internacionais e porquê?
4. Será "utópico" considerar que a nova ordem internacional venha a ser realizada apenas pelas Organizações Internacionais"? Justifique.

Classificação das Organizações Internacionais

As Organizações Internacionais podem classificar-se com recurso a diferentes critérios. Habitualmente, distinguem-se as Organizações Internacionais Governamentais (OIG ou OG - formais) das Organizações Não Governamentais (ONG - informais).As OIG estão, em teoria, abertas a todas as candidaturas de Estados susceptíveis de aderirem aos projectos fixados pelos seus fundadores, desde que reúnam as condições necessárias à admissão.

A prática revela, contudo, que a entrada de novos Estados está sujeita a imperativos, sobretudo políticos. As ONG exprimem, em geral, uma solidariedade internacional de ordem privada, defendendo interesses específicos face aos poderes do Estado, mas complementares dos circuitos de acção das OIG. Ambas dirigem a sua acção para a resolução de problemas que podem ser regionais e temporalmente localizados (conflitos entre Estados ou catástrofes naturais), ou para a resolução de problemas permanentes (defesa do ambiente e dos direitos humanos).

Recorrendo ao critério geográfico, as Organizações Internacionais podem classificar-se em dois grupos:

Organizações Internacionais de carácter mundial que podem, em função do seu objecto e das finalidades consignadas na sua Carta constitutiva, associar qualquer Estado;

- Organizações Internacionais regionais, vocacionadas para associar e congregar Estados de uma dada região.

Independentemente da sua especificidade, a constituição de uma Organização Internacional traduz objectivos e finalidades de interesse comum para todos os seus membros. Associando as classificações anteriormente apresentadas, obtemos o seguinte quadro das Organizações Internais

1. Formais/ Governamentais	1.1. De carácter mundial	– Organização das Nações Unidas (ONU) – Organizações especializadas: • Fundo Monetário Internacional (FMI) • Banco Mundial (BM) • Organização Mundial do Comércio (OMC) • Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) • Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
	1.2. De carácter regional	– Tratado do Comércio Livre para a América do Norte (NAFTA) – Associação Europeia de Comércio Livre (AECL/EFTA) – União Europeia (UE) – Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) – Mercado Comum da América do Sul (MERCOSUL) – Cooperação Económica da Ásia-Pacífico (APEC) – Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – União Africana (UA) (...)
2. Informais/Não governamentais	2.1. De cariz humanitário	– Assistência Medica Internacional (AMI) – Amnistia Internacional – Cruz Vermelha Internacional – Médicos sem fronteiras (...)
	2.2. De cariz ambiental	– Greenpeace – Fundo de Protecção da Vida Selvagem (...)
	2.3. De cariz variado	– Associação Livre de Objectores de Consciência – União Geográfica Internacional (UGI) (...)

Actividades

1. Distinga organizações não governamentais de carácter mundial das de carácter regional.
2. Indique quatro organizações internacionais de caracter regional.
3. O que distingue e o que aproxima uma OIG de uma ONG?
4. Elabore uma lista hierarquizada de organizações internacionais, evidenciando aquelas que, para si, são mais importantes e depois confronte-as com a lista dos seus colegas

4.2. AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS GOVERNAMENTAIS

Sociedade das Nações:

A Sociedade das Nações, proposta por Woodrow Wilson, o 28.° Presidente dos Estados Unidos, tinha sido formada em 1919, com o Tratado de Versalhes, por iniciativa dos países que venceram a 1ª Guerra Mundial. Era formada por 32 países e 113 convidados a integrar-se.

Não conseguiu afirmar-se como força de paz, pois não impediu uma 2ª Guerra Mundial, iniciada pela Alemanha em 1939. Também conhecida por Liga das Nações, foi extinta em 1942. Apesar de ter sido proposta pelo presidente norte-americano, os EUA

As Organizações Internacionais de âmbito mundial (ONU)

A intervenção das organizações formais de carácter mundial manifesta-se a vários níveis, de acordo com as funções e as competências estabelecidas, em sectores tão diversificados como **a manutenção da paz, a regulação mundial do comércio, a melhoria das condições de trabalho, a cooperação monetária, a compreensão mútua dos povos**.

Em termos mundiais, não há senão uma organização com competência geral e vocação universal: **a Organização das Nações Unidas (ONU).**

Criação da ONU

A ONU, com sede em Nova Iorque, foi instituída pela Carta das Nações Unidas, em São Francisco (1945), e apareceu num contexto de criação de outras organizações internacionais que resultaram da Conferência de Bretton-Woods, EUA, em Julho de 1944 (reunindo 730 delegados de 44 países), para a reconstrução do mundo destruído pela 2ª Guerra Mundial.

Bandeira da ONU

Os três chefes de Estado, em Ialta: da esquerda para a direita, Estaline, Roosevelt e Churchill.

A carta da ONU inclui um preâmbulo e 1 1 artigos, divididos em capítulos, e o Estatuto do Tribunal de Justiça. No preâmbulo, inscrevem-se **princípios de salvaguarda do flagelo da guerra para as gerações futuras, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça e do progresso social e o respeito pelas leis internacionais**.

O processo de formação desta organização mundial iniciou-se ainda durante a 2ª Guerra Mundial, quando os EUA, o Reino Unido, a URSS e mais 23 países assinaram a Declaração das Nações Unidas, publicada em 1942. Propunha-se a criação de uma entidade que assegurasse a paz entre as nações, naquele

Conferência de Ialta:

Cidade do Sul da Ucrânia, onde, em Fevereiro de 1945, os chefes de Estado dos EUA, URSS e Reino Unido se reuniram para decidir o fim da 2ª Guerra Mundial e a partilha das zonas de influência entre o bloco soviético e o Ocidente. Começaria aí a chamada Guerra Fria, que terminaria em 1989,com a queda do Muro de Berlim.

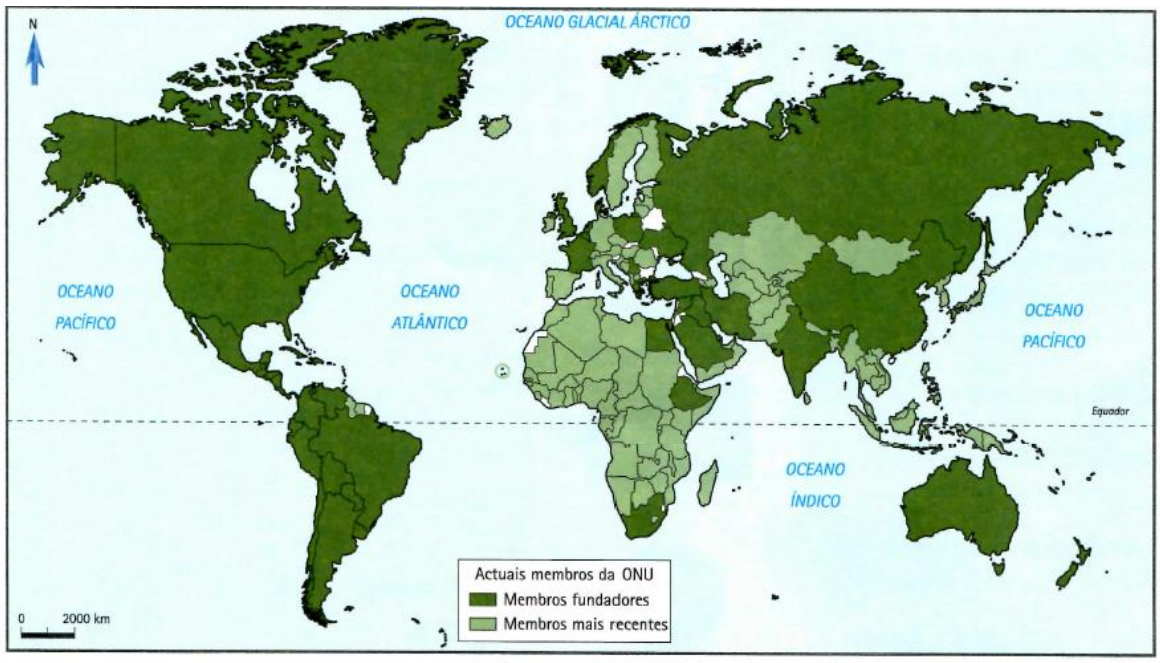
momento ameaçada pela Alemanha nazi e pelo Japão que atacou os EUA em Pearl Harbor e invadiu países do continente asiático. Mais tarde, com a participação da China, em 1944, foi delineada a forma final da organização. Por iniciativa de Franklin Roosevelt (presidente norte-americano) e Winston Churchill (primeiro-ministro do Reino Unido) reunidos em lalta, em 1945, no final da 2ª Guerra Mundial, as potências vitoriosas convocaram uma conferência das Nações Unidas.
Nela asseguraram a primazia nas decisões e na forma de funcionamento deste novo órgão.
Depois da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), já tinha havido uma iniciativa do mesmo género e com a mesma finalidade - a Sociedade das Nações.
A proliferação de diversos problemas originados, directamente ou não, pela 2.'' Guerra Mundial e a necessidade da sua resolução à escala mundial exigiam a cooperação entre as nações do mundo, pelo que a ONU vem a integrar muitas das organizações até então criadas.
Com a finalidade de assegurar a paz, a ONU constitui-se como fórum de discussão para a resolução prática dos problemas entre as nações do mundo, sendo caracterizada por uma estrutura complexa, onde trabalham milhares de funcionários.
As Nações Unidas organizam-se a partir dos seguintes órgãos principais e respectivas funções:

Assembleia-Geral
Órgão intergovernamental plenário com poder deliberativo. É composto pelos países membros e cada um tem direito a um voto. As situações mais importantes exigem 2/3 e nas de menor importância apenas a maioria simples.
A Assembleia pode ser convocada pela maioria dos membros, e de emergência, por iniciativa do **Conselho de Segurança** da ONU.
O nome Nações Unidas, sugerido pelo então Presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Delano Roosevelt, foi utilizado pela primeira vez no dia 1 de Janeiro de 1942, em plena 2ª Guerra Mundial, quando representantes de 26 nações aprovaram a Declaração das Nações Unidas, em virtude da qual os seus respectivos governos se comprometiam a defender a paz, procurando a solução pacífica de futuros conflitos.

A precursora das Nações Unidas foi a Sociedade das Nações, organização concebida em circunstâncias similares durante a 1ªGuerra Mundial, e estabelecida em 1919 em conformidade com o Tratado de Versalhes para "**promover a cooperação internacional e conseguir a paz e a segurança"**, que entrou em vigor no dia 10 de Janeiro de 1920, sem a participação dos Estados Unidos da América. Inicialmente agrupou 32 países vencedores da guerra e ainda treze outros estados neutrais. Porém, a Sociedade das Nações cessou a sua actividade por não ter conseguido evitar a 2ª Guerra Mundial. De facto, esta organização não pôde cumprir a missão para que foi criada:

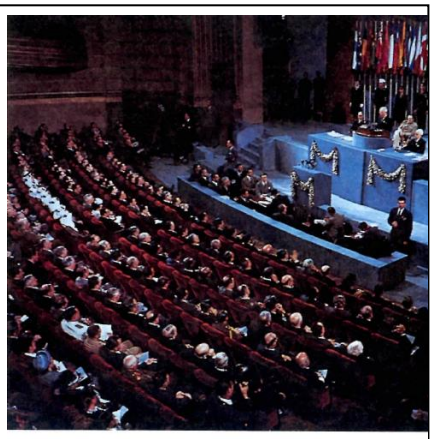
- Os Estados Unidos, promotores do projecto, nunca aderiram a ela;
- A URSS foi dela excluída em 1939, bem como outros Estados totalitários, tais como a Alemanha e o Japão, em 1933, e a Itália, em 1937;
- Imperfeições institucionais muito contribuíram para o seu fim, tais como o limitado papel do Secretário-Geral, as mal definidas atribuições do Conselho e da Assembleia, paralisados por um sistema de votação por unanimidade.

A juntar a tudo isto, o não reconhecimento de prerrogativas específicas das potências vitoriosas e a natureza meramente simbólica e facultativa das sanções contra Estados beligerantes.



Países membros da ONU. (www.un.org).

Em 25 de Abril de 1945, representantes de 50 países reuniram-se em São Francisco na **Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional,** para redigir a Carta das Nações Unidas. As 50 nações representadas na Conferência assinaram a Carta a 26 de Junho de 1945. A Polónia, que não esteve representada na Conferência, acrescentou o seu nome mais tarde, tornando-se um dos 51 Estados-membros fundadores.


Sessão da Conferência de S. Francisco (1945).

A ONU foi fundada oficialmente a 24 de Outubro de 1945 - razão pela qual o dia das Nações Unidas se celebra nesta data-, depois da **Carta das Nações Unidas** ter sido ratificada pela República Popular da China, França, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Reino Unido, Estados Unidos da América e pela grande maioria dos restantes 46 membros. Actualmente fazem parte da ONU 192 países do mundo.

Estrutura, objectivos e organizações especializadas da ONU

A ONU **é composta por :** Assembleia-Geral, Conselho de Segurança, Conselho
Económico e Social, Secretariado-Geral, Tribunal Internacional de Justiça (Haia), e Conselho de Tutela.

Os seus objectivos estão enunciados no **capítulo I da Carta da ONU** que enuncia os propósitos e princípios da Organização. Os **principais objectivos** da ONU são:

- Manter a paz e a segurança internacionais,
- Promover os Direitos Humanos, promover o Desenvolvimento Económico e Social das Nações,
- Estimular a autonomia dos **AIEA)** povos dependentes,
- Garantir a sustentabilidade do Meio Ambiente, reforçar os laços entre todos os Estados soberanos.

A ONU coordena várias **organizações especializadas,** que actuam na sua dependência, se bem que mantenham a sua autonomia.

			SÍMBOLO	ANO DA CRIAÇÃO	ACORDO COM A ONU
SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS	TÉCNICO	ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL (OMI)		1958	1959
		UNIÃO POSTAL UNIVERSAL (UPU)		1878	1947
		ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL (OMM)		1950	1951
		UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (UIT)		1865	1949
	SOCIAL/CULTURAL	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)		1919	1946
		ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI)		1970	1974
		ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO)		1945	1946
		FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O SOCORRO E INFÂNCIA (UNICEF)		-	-
	SAÚDE	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS)		1948	1948

			SÍMBOLO	ANO DA CRIAÇÃO	ACORDO COM A ONU
SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS	ECONÓMICO	FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA)		1976	1976
		ORGANIZAÇÃO PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO OU OAA)		1945	1946
		ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ONUDI)		1966	1985
		ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL (AIEA)		1947	1947
	FINANCEIRO	BANCO MUNDIAL (BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO - BIRD)		1945	1947
		FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)		1945	1947
		SOCIEDADE FINANCEIRA INTERNACIONAL (SFI)		1956	1956
		ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO (AID OU IDA)		1960	1960

As organizações ou instituições especializadas são OIG autónomas com vocação universal, cujas competências estão limitadas a actividades específicas e que mantêm com a ONU relações de semi-subordinação e de cooperação.

À coordenação pela ONU da acção de diversas organizações, já existentes ou criadas depois da 2ª Guerra Mundial, dá-se o nome de **Sistema das Nações Unidas,** sistema muito complexo e diversificado, composto por dezasseis instituições especializadas, a que se juntam as instituições criadas pela própria ONU, tais como o **FISE** ou **UNICEF** (Fundo das Nações Unidas para o Socorro e Infância) e o **UNHCR** (Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados).

A esta lista juntam-se ainda três outras organizações autónomas que não têm o estatuto de instituição especializada. São os casos da Agência Internacional de Energia Atómica **(AIEA),** da Organização para a Interdição das Armas Químicas **(OIAC)** e da Organização Mundial de Comércio **(OMC),** anteriormente denominada **GATT**

Graças à cooperação existente entre as várias instituições especializadas e as que a própria ONU criou, estabeleceram-se oito princípios para o desenvolvimento, princípios orientadores das intervenções da ONU no milénio[1]. Assim, os objectivos da ONU para o desenvolvimento no milénio são:

1 - Erradicar a pobreza extrema e a fome;

[1] Os objectivos do milénio serão abordados na 12ª classe

2 - Garantir o ensino primário universal;

3 - Promover a igualdade entre os géneros e a autonomia da mulher;

4 - Reduzir a mortalidade infantil;

5 - Melhorar a saúde materna;

6 - Combater o HIV/SIDA e outras doenças;

7 - Garantir a sustentabilidade do meio ambiente;

8 - Fomentar uma associação mundial para o desenvolvimento.

Ban Ki-Moon, o actual secretário-geral da ONU.O secretário-geral e os elementos do Secretariado têm imunidade em certas circunstâncias.

Actividades

1. Apresente o contexto em que nasceu a ONU
2. Que órgãos compõem a ONU?
3. Refira os objectivos principais da ONU**.**

Organizações especializadas da ONU

Assembleia-Geral

Órgão intergovernamental plenário com poder deliberativo. É composto pelos países membros e cada um tem direito a um voto. As situações mais importantes exigem 2/3 e nas de menor importância apenas a maioria simples. A Assembleia pode ser convocada pela maioria dos membros, e de emergência, por iniciativa do Conselho de Segurança da ONU. A Assembleia-Geral é o local por excelência das discussões dos assuntos de interesse global, para emitir recomendações, discutir a cooperação para a manutenção da paz e segurança internacionais, eleger os membros não permanentes do Conselho de Segurança e aprovar o orçamento da ONU

Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança das Nações Unidas é constituído por cinco membros permanentes e 10 membros em rotatividade com mandato de dois anos. É o órgão com maior peso na segurança mundial porque tem o poder de autorizar intervenções militares ou missões de paz. Os cinco membros permanentes têm o direito de veto. Para aprovar uma resolução é necessário que nove dos seus 15 membros, dentro dos quais devem estar os permanentes, votem a favor. Um destes membros permanentes pode abster-se e, se um desses cinco vetar, a resolução não é aprovada.

O Conselho de Segurança tem cinco membros permanentes:

China

França

Federação Russa

Reino Unido e Irlanda do Norte

Estados Unidos da América

O CDH substituiu a Comissão dos Direitos Humanos, instituída em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Conselho Económico e Social

O Conselho Económico e Social, com 54 membros, é outro dos importantes órgãos da ONU. Os membros, com mandato de três anos, são eleitos na Assembleia-Geral. As suas principais atribuições são o estudo e a resolução de problemas relacionados com os direitos humanos, da criança, da mulher e do trabalho, a economia, a saúde e a independência dos povos. É este órgão que supervisiona as organizações e as comissões relacionadas com a saúde (OMS), alimentação e agricultura (FAO), trabalho (OIT), educação, ciência e cultura (UNESCO) e os direitos humanos - Conselho dos Direitos Humanos.

Conselho de Tutela

Este órgão foi instituído com o objectivo de assumir a administração de territórios submetidos à autoridade directa da ONU, criando condições para a autodeterminação e independência dos povos. Só é convocado quando é necessário.

Tribunal Internacional de Justiça

Este órgão, sediado em Haia, foi fundado em 1945 e tem como finalidade julgar causas relacionadas com disputas entre estados e aconselhamento sobre questões submetidas pelo Conselho de Segurança, Assembleia-Geral ou por qualquer agência especializada da ONU, com base na Carta das Nações Unidas.

Missão da ONU na Eritreia

Secretariado-Geral

Este órgão com numerosos colaboradores provenientes de todas as regiões do mundo está sediado em Nova Iorque. É de grande importância e o seu secretário é eleito pela Assembleia-Geral. No entanto, a proposta é avançada pelo Conselho de Segurança.

O secretário-geral dirige reuniões nos principais órgãos da ONU, elabora relatórios e são-lhe atribuídas outras funções que lhe sejam solicitadas por aqueles. Por iniciativa própria, propõe assuntos relacionados com a manutenção da paz e da segurança mundial.

Dumping:

Prática comercial desleal que consiste na venda de produtos a preços inferiores ao custo pelo tempo suficiente para eliminar a concorrência e dominar o mercado numa fase posterior.

Alguns países usam a prática para proteger a produção nacional ou assegurar quotas de mercado interno e externo. O dumping prejudica muitas vezes as exportações dos países mais pobres e contribui para o desemprego nos países desenvolvidos.

.

Como já referido, a acção da ONU é multifacetada e cada vez mais solicitada para resolver problemas e desafios que não podem ser resolvidos ao nível local ou regional, ou onde não há vontade política para os resolver. A sua acção humanitária é muito visível, sobretudo por causa do grande aumento de refugiados nos últimos anos, por motivo de catástrofes naturais, ambientais ou conflitos armados. Para a resolução dos problemas, a **ONU tem 16 instituições e outras organizações, agências e comissões com fins económicos, financeiros, técnicos, socioculturais, saúde, manutenção da paz,** etc.

Banco Mundial e o FMI

O Banco Mundial (BM) faz parte da ONU, foi fundado em 1 de

Julho de 1944, nas conferências de Bretton-Woods, onde estiveram representantes de 44 governos. A sua primeira finalidade foi a reconstrução dos países devastados durante a 2ª Guerra Mundial. O BM alargou os seus objectivos. A sua principal finalidade é a luta contra a pobreza que afecta milhões de seres humanos, através do empréstimo e financiamento de projectos a países em desenvolvimento. O BM integra instituições como o BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento) para assistência aos países com rendimentos razoáveis e boas garantias de crédito e a AID (Associação Internacional de Desenvolvimento) para a redução da pobreza nos países mais pobres. O FMI foi fundado em 1945 para zelar pela estabilidade do sistema monetário internacional e para a harmonização dos sistemas cambiais, facilitando a actividade comercial e dos fluxos financeiros dos países membros, fornecendo, ainda, ajuda técnico-financeira. A maior parte dos países do mundo integram o FMI (184 estados). As excepções são países como a Coreia do Norte e Cuba.

FAO (Organização para a Agricultura e a Alimentação)

A FAO foi fundada em 1945 e está sediada em Roma. Integrava, em 2007, 191 países mais os países da UE. Desde 1994, tem sofrido uma grande restruturação, descentralizando serviços para aumentar a eficácia e diminuir os custos de operação. As suas áreas de intervenção são o combate internacional contra a fome, quer nos países desenvolvidos, quer em desenvolvimento.

A FAO apoia projectos de investigação e de modernização da agricultura, silvicultura e pescas em países em desenvolvimento e fornece apoio técnico para assegurar melhor nutrição e segurança alimentar. A FAO também ajuda a preparar os países em desenvolvimento para : eventuais situações de emergência alimentar; conservação dos recursos naturais; apoio à promoção da aquacultura e da utilização das energias renováveis. Este organismo promove a igualdade nas negociações e nos acordos que estabelece entre os países.

OMC (Organização Mundial do Comércio)

Esta organização iniciou a sua actividade em Janeiro de 1995 e veio substituir o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), que foi formado depois da 2ª Guerra Mundial, em simultâneo com outras organizações internacionais de cooperação a partir dos Acordos de Bretton-Woods, como o FMI e o Banco Mundial. Uma das principais finalidades do GATT era a criação de um acordo multilateral para a redução recíproca das tarifas aduaneiras de comércio de bens. Esteve em vigor de 1948 a 1994.

A sede da OMC localiza-se em Genebra, Suíça. Esta organização internacional tem como principal finalidade coordenar as regras do comércio internacional entre os estados-membros, tendo entrado em Junho de 2008 o seu 153.° país - Cabo Verde.

A OMC defende o comércio livre e a igualdade entre os seus membros por meio de acordos internacionais e tenta resolver conflitos que possam surgir na sua aplicação. A OMC realiza de dois em dois anos conferências ministeriais e a sua actuação é supervisionada por um conselho geral.

A actuação da OMC é baseada nos seguintes princípios:

- Não-discriminação, garantindo igualdade de tratamento a todos os estados-membros.
- A previsibilidade de normas e acessos aos mercados para impedir a restrição ao comércio internacional.
- A concorrência leal, proibindo o dumping.
- A proibição das quotas (restrições quantitativas nas trocas de produtos).
- Tratamento privilegiado e específico para países em desenvolvimento.

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)

Este organismo especializado foi criado em 1945 para contribuir para a paz e segurança, através da educação, da ciência e da cultura. O seu apoio manifesta-se na formação de professores e da gestão escolar, com o objectivo de reduzir o analfabetismo e financia a construção e o equipamento de escolas, mesmo em campos de refugiados. A UNESCO também participa em programas de protecção do património histórico e natural, promovendo a preservação da diversidade cultural.

A sua vertente de comunicação encarrega-se de divulgar a informação de forma plural e independente através do Programa Internacional para a Promoção da Comunicação.

"Na definição proposta pelo ex-Secretário-Geral das Nações-Unidas, Boutros Boutros-Ghaly, são de carácter regional as organizações de carácter permanente que numa dada região agrupam dois ou mais Estados e que, em virtude da sua vizinhança, da sua comunidade de interesses ou de afinidades culturais, linguísticas, históricas ou ideológicas, se associam na prossecução de objectivos de interesse comum (resolução de diferendos, manutenção da paz e da segurança na região, desenvolvimento económico ou cultural)."

João Mota de Campos, Organizações Internacionais

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

A área de intervenção da UNICEF é a defesa dos direitos da criança, nomeadamente quanto às suas necessidades básicas e de desenvolvimento. Sendo os principais prejudicados em tempo de guerra, de catástrofes e vítimas de tráfico, trabalho infantil, doenças e fome, as crianças têm na UNICEF a única instituição mundial dedicada exclusivamente a elas. A instituição apoia diversos projectos em parceria com outras organizações, como as ONG.

Actividades

1.Qual a natureza das organizações especializadas coordenadas pela ONU?
2.Indique e procure caracterizar duas organizações especializadas da ONU.
3.Que objectivos estabeleceu a ONU para o desenvolvimento do milénio?

4.3. As Organizações Internacionais de carácter regional

Esta definição faz ressaltar 3 elementos fundamentais:

- As Organizações Regionais têm um âmbito geográfico limitado e os seus membros são, em regra. Estados vizinhos, por vezes contíguos;
- Os Estados que as formam apresentam afinidades, existindo entre eles, num ou mais domínios específicos, uma comunidade de interesses;
- Estas organizações declaram-se, em geral, tributárias das finalidades da ONU, propondo-se conjugar a sua acção com o papel desempenhado pela Organização Mundial.

Num cenário cada vez mais global, as **Organizações Internacionais de carácter regional** emergem como resposta à globalização crescente, essencialmente desde finais dos anos 80, verificando-se uma tendência para o chamado "regionalismo".

As organizações regionais, pela sua própria base de apoio, têm um contacto muito mais próximo com as realidades locais. Com o fim da guerra-fria, muitas organizações regionais dispõem de maior flexibilidade, liberdade de acção e incentivo para intervir em conflitos locais que não envolvam actores globais.

Assim como sucede com as Organizações Internacionais de carácter mundial, a cooperação regional também se exprime em variados domínios, como, por exemplo, o económico e o militar.

Organizações Internacionais Regionais de carácter económico

ORGANIZAÇÃO	SIGLA E DATA DE CRIAÇÃO	NÚMERO DE MEMBROS	OBJECTIVOS
União Europeia	UE 1957	27	Integração económica entre os Estados-membros
Associação das Nações do Sudeste Asiático	ASEAN 1967	10	Assegurar a estabilidade política e económica, para acelerar o desenvolvimento no Sudeste asiático
Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico	APEC 1989	21	Promover o crescimento económico, a cooperação, o comércio e o investimento na região Ásia-Pacífico
Mercado Comum da América do Sul	MERCOSUL 1991	5	Derrubar as barreiras alfandegárias e desenvolver as relações comerciais entre os Estados-membros
Acordo de Livre Comércio da América do Norte	NAFTA 1992	3	Promover o comércio livre entre os países-membros

Os blocos regionais económicos constituem espaços intermédios entre as nações e a economia mundial existindo em todas as partes do Mundo, na Europa, na Ásia, na América e em África. Podemos encontrar blocos micro- regionais de integração económica que coexistem com organizações macro- regionais. Eis alguns exemplos:

As organizações económicas assumem formas diversas, em função do grau de integração desejado pelos países aderentes. As formas de integração económica variam entre o Sistema de preferências aduaneiras (a forma mais ténue de integração) e a união política (a forma mais profunda de integração), passando pela zona de comércio livre, união aduaneira, mercado comum e união económica. A União Europeia (UE), o

primeiro bloco económico a ser formado, encontra-se na fase mais avançada de integração económica (união política), pelo que constitui i uma referência para as outras organizações.

Actividades

1. Refira as principais características de uma Organização Internacional de carácter regional.
2. Justifique a emergência de Organizações internacionais de carácter regional

Organizações internacionais Regionais de carácter militar (dois exemplos: NATO e UA)

Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO)

Após a 2ª Guerra Mundial, verificou-se uma bipolarização do mundo, com a formação de dois grandes blocos: o Ocidental, liderado pelos Estados Unidos da América, e o de Leste, encabeçado pela então União Soviética. Neste contexto, vários países da Europa ocidental, que se sentiram ameaçados, principalmente pela União Soviética, decidiram criar uma aliança militar que garantisse a sua segurança. Surgiu então, a **4 de Abril de 1949,** a **Organização do Atlântico Norte (OTAN/NATO),** sendo signatários a Bélgica, o Canadá, a Dinamarca, os EUA, a França, a Grã-Bretanha, a Islândia, a Itália, o Luxemburgo, a Noruega, a Holanda e Portugal. A OTAN, com sede em Bruxelas, compreende 26 membros resultantes de sucessivos alargamentos. Tem exércitos permanentes e comando unificado. O objectivo fulcral, estabelecido pelo **Tratado de Washington,** visa a **garantia de liberdade e segurança de todos os seus membros.** Com o fim da Guerra-Fria, foram abalados os pressupostos que presidiram à criação da aliança, e esta teve de adaptar-se a uma nova realidade. A fragmentação da União Soviética conferiu uma nova lógica à organização da defesa colectiva do Ocidente.
A OTAN viu-se forçada a adequar os seus recursos a novas tarefas, tais como: manutenção da paz, resolução de crises e/ou conflitos potenciais que possam ameaçar a estabilidade da Europa, e cooperação em acções anti-terrorismo. Para responder a este novo desafio, a OTAN estabeleceu parcerias com o Leste europeu, alargando a adesão de antigos países comunistas a esta organização.

União Africana (UA)[2]

Esta organização, fundada em **2002,** veio substituir a Organização de Unidade Africana. A UA composta por 53 estados-membros desempenha um papel importante na **manutenção da paz e da segurança** do continente africano. A sua acção estende-se a domínios muito diversificados como, por exemplo, as questões políticas, sociais, económicas e de direitos humanos. Um dos objectivos principais da UA é acelerar a integração política e socioeconómica do continente.

Actividades

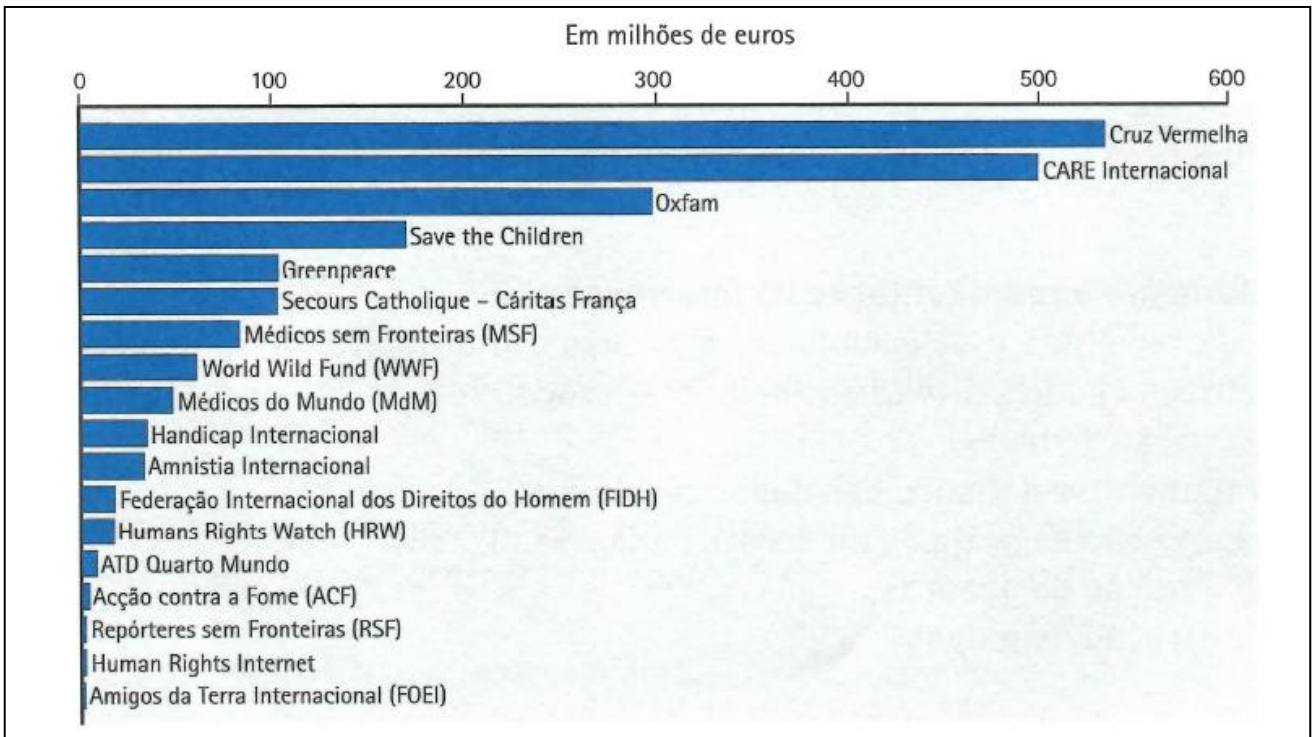
1. Enumere os países fundadores da OTAN.
2. Refira os objectivos fundamentais da OTAN
3. Em que data e com que finalidade foi criada a UA?
4. Visione o filme *Hotel Ruanda,* a propósito do valor da honra e proveito próprio em tempo de guerra, e procure determinar de que forma aquele valor e aquele interesse aí estão presentes.

[2] Conteúdos programáticos que serão aprofundados na 12ª classe

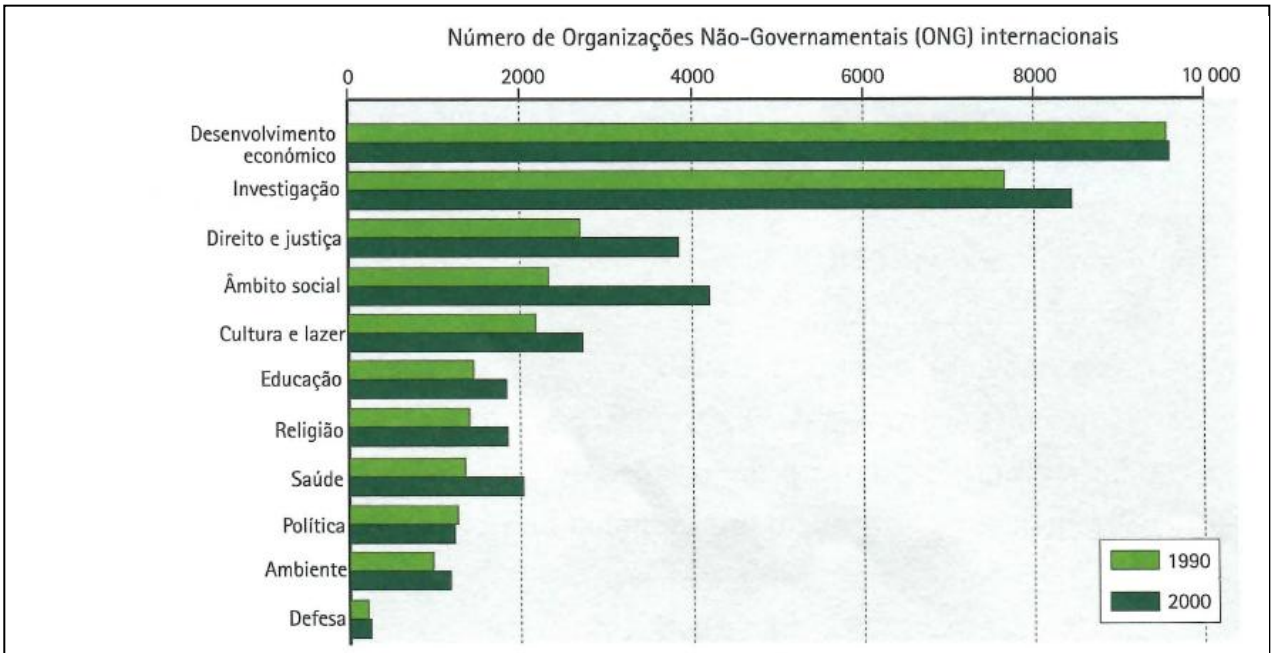
4.4. AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONG)

Organizações não-governamentais: Conceitos, âmbitos e exemplos

As organizações não-governamentais são associações da sociedade civil sem fins lucrativos, que acolhem no seu interior especificidades que as diferenciam do Estado e de outras organizações e/ou instituições privadas. São instituições supra-estaduais e, como tal, a sua acção tem um âmbito global. As ONG



Orcamento de algumas ONG. (Atlas de Globalização, 2003).



Evolução do número de ONG. (Atlas de Globalização, 2003).

internacionais beneficiam do apoio de Estados, mas emanam directamente da sociedade civil de um determinado Estado, Tendo uma natureza e um propósito de acção internacional, congregam os esforços de cidadãos empenhados na resolução de problemas globais. A sigla ONG tanto pode significar uma associação local de ajuda humanitária ou ambientalista, como uma estrutura mundial que gere centenas de milhões de euros (**Cruz Vermelha Internacional, Care Internacional**, etc.).

Paralelamente ao papel desempenhado pelas organizações internacionais, vem-se assistindo à consolidação das ONG como organismos de acção de amplitude mundial e com uma importância acrescida na regulação da ordem global.

O movimento das ONG é bastante heterogéneo, desenvolvendo-se em torno dos mais diversos propósitos, como seja, a defesa do ambiente e dos direitos humanos, a assistência na fome e na saúde, na educação, no diálogo ecuménico e inter-religioso. O papel das ONG na cena internacional tem vindo a aumentar porque a eficácia da sua actuação assenta no conhecimento da realidade local e na participação das populações. De facto, por não terem tantos entraves burocráticos, por conhecerem melhor o terreno em que actuam e por

ALGUMAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Nome	Actividades principais
Assistência Médica Internacional (AMI)	Instituição humanitária portuguesa, tem como objectivo lutar contra a pobreza, a exclusão social, o subdesenvolvimento, a fome e as sequelas da guerra, em qualquer parte do Mundo.
Amnistia Internacional (AI/IA)	Organização defensora dos direitos definidos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e outras leis internacionais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.
Cruz Vermelha	Entidade internacional que proporciona ajuda de emergência (roupas, alimentos, medicamentos) às vítimas da guerra e de catástrofes naturais.
Médicos sem Fronteiras	Organização humanitária internacional, presta cuidados de saúde em conflitos armados, catástrofes naturais, epidemias e fomes.
Greenpeace	Actua internacionalmente em questões relacionadas com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.
CARE (Cooperative for American Remittances to Europe)	Organização internacional que trabalha directamente com famílias, comunidades e organizações locais, combatendo a pobreza por todo o mundo.

defenderem projectos locais, este tipo de organizações tem tido um papel cada vez mais importante no domínio da cooperação.

Algumas ONG, fruto da relevância que alcançaram e da representatividade que obtêm como consequência das organizações que federam, desfrutam de um reconhecimento interno e de um estatuto internacional que lhes permite serem parceiros de diálogo de outras ONG, de Estados e de organizações interestaduais. Possuem um verdadeiro interesse internacional.

Actividades

1. Explicite o conceito de ONG.
2. Refira os domínios de intervenção das ONG.
3. Indique três ONG de cariz humanitário.
4. Enuncie outras ONG que não estejam mencionadas no quadro.

Que futuro para as Organizações Internacionais?

A crescente intensificação das relações internacionais e a interdependência entre os Estados ao nível do sistema/mundo têm conferido um relevo assinalável às organizações internacionais, quer sejam intergovernamentais ou não governamentais. Os problemas globais afectam os países como um todo e tornam necessária uma grande cooperação, chegando mesmo a exigir, em muitas áreas, uma política de normas, coordenada por instituições internacionais. As organizações internacionais contribuíram muito para a evolução das mentalidades, divulgando ideias de progresso e de justiça social, e impuseram a ideia segundo a qual a unidade do mundo necessita do reconhecimento da superioridade dos direitos das pessoas sobre o dos Estados. À escala mundial, a ONU e as ONG participam na fundação de uma nova civilização que se espera mais solidária. Leia-se a este propósito o Artigo 1 da Carta da ONU que faz desta organização mundial o centro de harmonização dos esforços das nações para manter a paz e reconhecer mutuamente o direito ao respeito, à liberdade, à igualdade e a conduzir ao entendimento da humanidade para o progresso.

Exemplo de intervenção da ONU. (www.un.org).

A ONU desempenha um papel incontornável na gestão das crises internacionais, mas, durante muito tempo, no período da Guerra Fria, esteve paralisada, pelo recurso ao veto a que têm direito os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, e hoje vê-se marginalizada pelas práticas unilaterais dos EUA e debilitada pelas profundas divergências no seio do Conselho de Segurança.

Darfur será um novo Ruanda?

Traído, o general Dallaire observou impotente a chacina no Ruanda

A história pode repetir-se , diz ao Expresso

Em 1994, no Ruanda, o general Roméo Dallaire tentou usar a força das armas para defender a população civil de uma chacina que não conseguiu evitar. Treze anos mais tarde, este ex-comandante das tropas das Nações Unidas (ONU) disse ao Expresso que "os civis no Darfur correm o mesmo risco. Os países desenvolvidos, nomeadamente os Estados Unidos, Europa e Japão, não vão disponibilizar recursos financeiros suficientes para garantirem a defesa das populações e uma efectiva operação de manutenção da paz.

Expresso, 22 de Setembro de 2007

A reforma da ONU é considerada urgente e inevitável e deve incluir transformações no Conselho de Segurança, o seu principal órgão de decisão, e a possível legitimação de acções militares preventivas. Deverá também verificar-se uma melhoria do sistema de cumprimento das obrigações financeiras dos Estados e facilitar-se a representação dos países do Sul no sistema das Nações Unidas. Em suma, a ONU tem de adaptar as suas estruturas ao mundo de hoje (muito diferente do contexto do pós 2ª Guerra Mundial em que surgiu), para estar apta a enfrentar os desafios modernos: **a violência, o terrorismo, a pobreza e a proliferação de armas nucleares.**

As leis do mercado mundial e a corrida aos armamentos limitam algumas Organizações Internacionais nas suas funções normativas e operacionais. Está na hora de reexaminar os sistemas multilaterais e repensar as Organizações Internacionais .

São três as vias que se abrem:

A primeira será considerar o estatuto dos Estados-membros no seio das OI.

Ponderar os seus votos nas instâncias plenárias, em função da importância da sua população permitirá melhor ter em conta as esperanças dos povos, de forma mais eficaz.

A segunda consiste em erigir, através de uma regulamentação internacional, as forças transnacionais em corpos intermédios capazes de introduzir uma certa harmonia nas relações entre Estados e entre Estados e as OI;

A terceira poderá ser a formação de um governo mundial internacional, baseado num direito humanitário, realizando-se através de uma nova partilha de competências entre os Estados e as OI e por uma acrescida independência dos órgãos executivos destas últimas. Qualquer reforma, mais do que uma revolução, implica uma evolução, ou, se quisermos, uma revolução tranquila, que permita criar um ponto mediador da sociedade civil e dos governos. Para a resolução dos conflitos e problemas mundiais é imprescindível a cooperação entre organizações governamentais universais (como a ONU) e as organizações regionais (UE, NAFTA, APEC...), que deverá ser complementada com a acção das ONG. É necessário fazer aceitar o conceito de ingerência humanitária e democrática e é também fundamental que os cidadãos se empenhem, congreguem esforços e utilizem formas de participação cívica na resolução dos problemas globais.

Bibliografia

ALMEIDA, José Carlos & LOURENÇO, João (2009), Área de Integração módulos 3/4,revisão Viriato Soromenho-Marques, Porto, Porto editora (Texto adaptado).

http://www.ine.st/emprego/emprego2000-06.htm, consultado em Julho de 2012